Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

Mensal |Outubro 2016 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 210

SOLIDARIEDADE

COIMBRA RECEBEU A FESTA E A CHAMA

CNIS celebra uma década de Solidariedade

SUPLEMENTO

Encontro Nacional - "IPSS Promotoras de Saúde"

NA ÍNTEGRA COM ESTA EDIÇÃO

CONFERÊNCIA REFUGADOS

Menores não-acompanhados

Preparar o acolhimento

MUSEU NACIONAL SOARES DOS REIS - PORTO 3 DE NOVEMBRO 2016

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
Autorizado pelos CTT a circular em invólucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/204004/DCN
Mensário da CNIS
TAXA PAGA

ENCONTRO NACIONAL

IPSS estão sempre ávidas por mais conhecimento

A CNIS promoveu no passado dia 30 de setembro o Encontro Nacional «IPSS Promotoras de Saúde – Uma influência positiva nos determinantes da saúde», que levou até ao auditório do Conservatório de Música de Coimbra cerca de 400 dirigentes e técnicos de IPSS de todo o País.

"Um dia sabe sempre a pouco", começou por referir Maria João Quintela, dirigentes da CNIS com o pelouro da Saúde e principal responsável pelo encontro, mostrando-se satisfeita com a adesão e interesse demonstrado pelos participantes: "As pessoas estiveram muito interessadas e, de forma esmagadora, mostraram o seu grande agrado pelos conteúdos, preletores e alocuções".

Para a dirigente, "este foi um primeiro passo para esta perceção das próprias instituições da sua enorme capacidade na intervenção na saúde das pessoas", sublinhando que "é muito importante que toda a gente, entidades públicas e população em geral, percebam o trabalho fundamental que as IPSS já desenvolvem na prevenção da doença e na promoção da saúde".

O Encontro Nacional versou três grandes temas de grande atualidade para as IPSS: Cuidados Continuados Integrados, Envelhecimento Ativo e Saúde Mental.

"Este foi um contributo para a consciencialização de todos do trabalho que as instituições já fazem nestas três vertentes, que são muito importantes para as IPSS, tanto no plano teórico como prático, e serve igualmente para nos motivar a continuá-lo", sustentou Maria João Quintela, que se mostrou bastante agradada com a postura da plateia: "Gostei muito de ver a forma como as instituições reagem ao conhecimento, sempre ávidas por mais e por aprofundamento".

VOZ ÀS INSTITUIÇÕES

Ao longo do tempo em que o Encontro Nacional foi preparado, a CNIS enviou 3519 inquéritos a IPSS associadas que desenvolvem respostas nas áreas das pessoas idosas, saúde mental, cuidados continuados integrados e deficiência e reabilitação.

O objetivo era auscultar as instituições sobre as suas grandes preocupações nos seguintes domínios: Acesso à informação para operacionalizar as respostas sociais; Articulação com as famílias; Formação os recursos humanos; Articulação com os cuidados de saúde primários; Articulação com os CCI; Articulação com os hospitais; Articulação com outras IPSS; Outras preocupações.

Foram apenas 224 as instituições que responderam, sendo que a grande maioria desenvolve respostas na área das pessoas idosas, em exclusivo ou associadas a respostas nas áreas da Saúde e da Deficiência e Reabilitação.

Face às respostas chegadas à CNIS, as principais preocupações manifestadas pelas IPSS que

responderam ao inquérito são: Formação dos recursos humanos; Articulação com as unidades do SNS; Dificuldade de acesso a informações que permitam a operacionalização das respostas sociais; Articulação com as famílias; Articulação com outras IPSS; Recursos humanos; Legislação laboral; Recrutamento face às exigências do perfil, formação e rácios exigidos; Financiamento das respostas e sustentabilidade; Acordos de Cooperação que não atingem toda a capacidade instalada e ocupada; Comparticipação estatal por utente é igual independentemente das populações servidas e da qualidade; Regulamentação desatualizada referente à resposta social Centro de Dia; A banca considera/trata as IPSS, para efeitos de crédito bancário, como uma entidade comercial geradora de elevados resultados positivos; Agravamento das situações de dependência associadas a patologias do foro psiquiátrico e mental dos utentes; Inexistência de vagas e/ou de respostas adequadas à problemática da demência; Falta de apoio das entidades públicas de saúde às IPSS na área da saúde mental; Encaminhamento para as respostas sociais sem adequação; Falta de respostas pós alta; Dificuldades nas relações com os ministérios da Saúde e da Segurança Social; Falta de respostas habitacionais na comunidade, de reabilitação e de apoio domiciliário para a especificidade de saúde mental; Necessidade de respostas sociais fora dos grandes centros habitacionais.

Por outro lado, o inquérito promovido pela CNIS coligiu igualmente as sugestões das IPSS perante as preocupações identificadas. Nesse sentido, as IPSS propõem: o alargamento do período de

cuidados no domicílio; a criação de condições para a permanência do idoso em casa, com acesso a cuidados de saúde e conforto; a existência de resposta para situações de reabilitação, em internamento, fora do âmbito hospitalar; a articulação com as universidades; o reforço das parcerias com os serviços/estruturas do Ministério da Saúde; o acompanhamento, de forma ativa, da definição de linhas de política social, educativa e de saúde e a implementação dos programas nacionais; a disponibilização às IPSS de um sistema ativo/dinâmico de informações relevantes para a operacionalização das respostas sociais; acrescentar às áreas de formação focalizadas pela CNIS, outras específicas da área da saúde; e promover debates e encontros entre IPSS.

O SOLIDARIEDADE publica em anexo com a presente edição a totalidade das alocuções proferidas ao longo do dia de trabalho no auditório do Conservatório de Coimbra, tal como as Conclusões/Considerações Finais extraídas dos três temas em debate.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

INSPEÇÕES

Problema por Resolver e que Urge Resolver

1. Em matéria de inspeções, a CNIS sempre teve uma posição responsável e construtiva: inscrevem-se no papel regulador do Estado e podem ter uma intervenção benéfica.

E sempre procurou colaborar na melhoria da atuação destes serviços procurando o equilíbrio entre a intrusão inevitável e a salvaguarda da autonomia das instituições. Foi assim que negociou e obteve Compromissos que reforçavam a transparência do Estado na definição das intervenções, com a publicitação das Instituições a serem objeto de inspeção em cada ano; que garantiam igualdade na execução das ações permitindo-se que as inspeções fossem acompanhadas por técnicos mandatados pela CNIS e/ou UDIPSS. Também assim foi prometido que a lei das contraordenações não teria uma aplicação efetiva, ou teria no máximo uma aplicação preventiva.

Mas a evolução a que hoje se assiste tem sido em sentido inverso ao caminho percorrido. As inspeções são cada vez menos as que estão anunciadas e cada vez mais as que não constam de nenhum anúncio e são desencadeadas por denúncias, muitas delas anónimas ou, possivelmente, "pré-fabricadas", gerando um profundo desconforto nos dirigentes das Instituições e no respetivo pessoal, induzindo uma enorme desmotivação e uma marcada sensação de injustiça.

E paradoxalmente, quanto mais os membros do Governo, confrontados com situações de punições e sanções absurdas, afirmam a necessidade de uma intervenção pedagógica e preventiva dos serviços de Inspeção, mais no terreno se sente uma ação punitiva e sancionatória, sem qualquer atenção às circunstâncias concretas de cada Instituição, às suas dificuldades, à qualidade das respostas proporcionadas e muitas vezes à urgência dos problemas das pessoas que a elas recorrem.

2. Os exemplos multiplicam-se por todo o país e referem-se a todos os segmentos de atuação dos serviços de Inspeção:

Com o aproveitamento de denúncias anónimas, as ações fiscalizadoras apresentam-se com um juízo prévio de suspeição dos dirigentes e com manifestações de autoridade que roçam o abuso e merecem claro juízo de reprovação. Revelam desconhecimento da "alma" das Instituições. Ignoram que o foco é o utente e prendem-se com questões laterais. Não distinguem o público do privado e do particular. Não respeitam a identidade e a autonomia da gestão das Instituições nem percebem o que é gerir a escassez.

As sanções parecem ser de aplicação automática e, por vezes, mesmo o único objetivo das ações inspetivas, sem pedido de explicação nem possibilidade de correção, chegando mesmo a violar-se como prática comum a lei que obriga à pronúncia prévia das Instituições.

É, por isso, imperioso inverter esta situação que afeta a participação de milhares de voluntários que oferecem o seu tempo à comunidade e às pessoas mais vulneráveis dessa comunidade, que põe em causa a qualidade e a competência de milhares de técnicos que prestam hoje o seu serviço nas IPSS, assim como a dedicação e o empenho de muitos milhares de profissionais que servem nas Instituições as pessoas que estas apoiam por todo o País. Porque o exagero e o abuso que hoje se verifica produz a tentação de exigências bem mais radicais ou de respostas bem menos construtivas e o risco de se ultrapassar a fase de diálogo desejável está cada vez mais presente.

3. Assim, é necessária uma alteração substancial no atual modelo de atuação dos serviços de Inspeção da Segurança Social, mas uma alteração que seja imposta por via legal ou regulamentar para que disponha de força vinculativa que comprometa e obrigue os serviços do Estado e possa ser invocada pelas Instituições e constitua uma garantia destas contra os incumprimentos e os abusos.

Alteração com reflexo ao nível dos princípios: a intervenção tem que ser pautada pelo respeito pela autonomia de gestão das instituições que são particulares, nascidas da iniciativa da sociedade e não dependências ou serviços do Estado; encarada numa lógica de parceria entre instituições iguais e não de sobranceria para instituições servientes; e obedecer a uma metodologia pedagógica e preventiva que privilegia a recomendação e a advertência em detrimento da sanção e da coima.

Mas depois ao nível da própria ação e nos diversos momentos da intervenção, no respetivo desencadeamento:

– É necessário definir e decidir o tratamento a dar a denúncias anónimas tendo presente que em caso de falsidade não pode ser punida a calúnia nem indemnizado o dano causado.

- Nunca pode ser aproveitada uma denúncia anónima para se transformar uma ação de mera averiguação numa devassa da vida institucional.

- Devem estar previamente definidos e não depender da vontade de um qualquer dirigente intermédio da administração os critérios para as inspeções globais a Instituições, critérios que tenham em conta o tempo entre cada inspeção, a divisão geográfica e a diversidade de respostas para se evitar que uma Instituição seja inspecionada diversas vezes seguidas e outra nunca o venha a ser.

Na sua execução:

- Devem ser alterados os guiões limitando-os às áreas de intervenção da Segurança Social e eliminando-se as referências a aspetos do funcionamento que não são da competência da Segurança Social e incluindo critérios de avaliação da satisfação das pessoas beneficiárias do serviço, porque é incompreensível que uma inspeção se atenha ao cumprimento formal de regras quantitativas e não tenha um indicador sequer do grau de satisfação das pessoas, que é a melhor medida da qualidade do serviço.

- Devem ser proibidos os comportamentos de objetiva desconsideração ou desautorização das direções das Instituições, impondo-se comportamentos que obriguem à auscultação e recolha de explicação dessas direções em momento prévio à conclusão da ação de inspeção.

- Devem ser fixados tempos máximos de permanência e de elaboração de relatórios para que as Instituições não fiquem indefinidamente suspensas das conclusões de uma ação inspetiva que não sabem quando começa, quando acaba e se conclui.

Na sua conclusão:

- Em todas as circunstâncias deverão as Instituições ser informadas com brevidade das desconformidades verificadas e concedido um prazo para a sua correção antes de qualquer sanção.

- Os relatórios não podem ser considerados finais, assim como nenhuma medida ou sanção pode ser aplicada sem audição prévia da Instituição visada.

- Nenhuma coima deve ser aplicada sem uma prévia advertência para a correção.

Esta continua a ser uma posição construtiva que visa compatibilizar o papel que o Estado se arroga e as Instituições lhe reconhecem. Instituições com a natureza de particulares e de solidariedade social, com a importância da sua ação e com a autonomia que reivindicam e a que têm direito.

Este é o tempo limite da mudança ainda possível.

REFUGIADOS: MENORES NÃO-ACOMPANHADOS

As crianças de um Deus menor

No contexto da grave crise humanitária que vivemos, com a chegada maciça à Europa de pessoas em situação de necessidade de proteção internacional, a CNIS vem empreendendo um caminho de preparação do acolhimento e integração dos menores não-acompanhados a receber em Portugal. Aqueles a que a ativista grega Lora Pappa chama de "filhos de um Deus menor".

Com o objetivo de reafirmar o empenho do Estado Português e da CNIS no acolhimento e integração de refugiados, em geral, e de menores não-acompanhados, em particular, a Confederação vai realizar, no próximo dia 3 de novembro, a conferência «Menores Não-Acompanhados - Preparar o Acolhimento», no Museu Nacional Soares dos Reis, no Porto.

Esta conferência reunirá um grupo de especialistas do foro académico, político e profissional, por forma a propiciar a todos os stakeholders e atores envolvidos um momento de reflexão e de discussão sobre os desafios que este processo pode acarretar.

O encontro surge no seguimento da visita que a CNIS empreendeu à Grécia em janeiro deste ano e onde se confrontou com a dura realidade de inúmeros menores não-acompanhados que chegaram àquele país, fugindo da guerra nos seus países de origem.

Nessa viagem, dirigente da CNIS padre José Baptista e Ana Rodrigues, do Gabinete de Apoio Técnico, estabeleceram contacto com a organização não-governamental grega METAdrasi - Ação de Migração e Desenvolvimento, que tem por objetivo colmatar lacunas ao nível do acolhimento e integração de refugiados e imigrantes na Grécia.

O SOLIDARIEDADE falou, via e-mail, com Lora Pappa, presidente e fundadora da METAdrasi, cujo trabalho em prol destes desvalidos do Mundo lhe valeu o Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa, relativo a 2015, pelo empenho de excelência na defesa e promoção dos Direitos Humanos, pluralidade democrática, desenvolvimento do diálogo intercultural e reforço da solidariedade entre norte e sul.

Empenhada em aliviar o sofrimento dos refugiados, Lora Pappa, através da METAdrasi, considera que dizer que a situação dos refugiados na Grécia está controlada "depende do que se entende por situação controlada" e explica: "Se se refere ao número de refugiados e migrantes que chegam à Grécia há, de facto, uma significativa diminuição. O número de pessoas afogadas no Mar Egeu também diminui grandemente em comparação com o ano passado. Mas se falarmos dos refugiados que estão retidos na Grécia, aproximadamente 50 mil, a situação ainda está sob controlo, mas seguramente tornar-se-á explosiva e temo que possa ficar fora de controlo. Com tempo penso que podemos melhorar a nossa organização e as condições de

acolhimento, melhorando as infraestruturas e criando mais campos na Grécia.

Por outro lado, mais refugiados têm chegado às ilhas e, segundo o acordo UE-Turquia, eles têm que ali ficar. Isto significa que as condições nas ilhas estão a deteriorar-se e são frequentes os episódios de tensão e violência".

Por outro lado, Lora Pappa lembra que "está a chegar o inverno e os refugiados que estão a viver em tendas irão, brevemente, enfrentar condições atmosféricas adversas", acrescentando: "A sensação geral é que a Grécia foi abandonada e até mesmo a promessa, feita há um ano, de que o pessoal dos serviços de asilo gregos iria ser reforçada não foi cumprida".

Para esta voluntária grega, "a maior alteração prende-se com a chegada de um grande número de menores não acompanhados", tendo a METAdrasi identificado, após o processo de pré-registo de pessoas interessadas em pedir asilo na Grécia, "cerca de dois mil menores não-acompanhados a viver fora dos centros de acolhimento".

Por isso, defende, "é urgente lidar com esta questão dos menores não-acompanhados, uma vez que não há nenhuma solução para eles". Nesse sentido, a organização redobrou esforços no sentido de "encontrar guardiões e locais de acolhimento e criar um programa de famílias adotivas".

Por outro lado, as ações de integração das crianças no sistema de ensino, de ensino de grego a adultos e de equipas de intérpretes nos campos de refugiados no continente foram reforçados.

"A postura de Portugal, tal como a de outros poucos países, como a França, é uma exceção e bem diferente de outros países-membros da União Europeia (UE). Sempre apreciei a postura de Portugal na questão dos refugiados. Aliás, Portugal, a seguir à França, é o segundo país da UE em número de refugiados a receber", sustenta, testemunhando: "Em junho, aquando da entrega do Prémio Norte-Sul, em Lisboa, tive a oportunidade de conhecer in loco o espírito humanista e solidário que caracteriza esse pequeno país do sul da Europa, que, tal como a Grécia, ainda se debate com as consequências da crise económica. Ao longo das reuniões com organizações não-governamentais e com alguns ministros diretamente envolvidos na questão das migrações, fiquei impressionada e sensibilizada com o compromisso e com a coordenação e eficácia no tratamento da recolocação e

integração de famílias de refugiados que chegaram da Grécia. Já para não falar do envolvimento que encontrei das autoridades locais e das populações".

Nesse sentido, deixa um desejo: "E, por isso, esperamos que esta cooperação para receberem menores não-acompanhados seja possível. Portugal pode ser um exemplo de solidariedade para estas crianças esquecidas na Grécia e é minha convicção que se este projeto-piloto for bem-sucedido outros países o seguirão no acolhimento destes menores não-acompanhados".

Atualmente, muitos menores não-acompanhados estão detidos na Grécia em condições indignas.

"Gradualmente tem crescido a consciência do quão é inaceitável manter as crianças detidas. É algo para que a METAdrasi tem dado voz desde o seu início em 2010. Lentamente, as autoridades têm-se mostrado mais sensíveis ao problema e a nível local têm feito o que podem para aliviar a situação. Na verdade, desde que em março as fronteiras foram fechadas, milhares de menores não-acompanhados estão presos e muitas das pessoas que se fizeram passar por seus familiares abandonaram-nas nos campos ou nas ruas. E como não há lugar para os acolher a todos, há muitos menores não-acompanhados ainda detidos em condições pavorosas", relata Lora Pappa, defendendo que tem sido feito um grande esforço na Grécia para criar locais de acolhimento para crianças.

"No entanto, cerca de 1.500 menores não-acompanhados continuam detidos, nas ruas ou em campos de refugiados e uma solução de curto prazo passa pela aceleração do processo de reunificação com familiares que se encontram noutros países", argumenta, revelando alguns dados interessantes: "Pelo menos 50% destas crianças tem um familiar num país da UE. Para as restantes crianças, os parceiros europeus têm que priorizar um programa de recolocação e agilizar o processo de visto humanitário através das embaixadas gregas".

Recentemente, a METAdrasi lançou um novo programa de famílias adotivas, do qual Lora Pappa se diz "muito orgulhosa", pois considera "ser a melhor solução para estas crianças, particularmente as mais vulneráveis, e é nisso que estamos focados".

Segundo a voluntária grega, "houve uma resposta entusiástica da sociedade grega e tem sido possível acolher crianças no seio de famílias gregas".

Em termos de implementação do programa, "a grande preocupação tem sido empatia entre a criança e a família de acolhimento", começa por explicar, acrescentando: "Temos gasto muito tempo neste processo e, até agora, o programa tem funcionado surpreendentemente bem. As crianças estão felizes, sentem-se seguras e, pela primeira vez em muitos meses ou anos, não sentem a preocupação de se protegerem e de como sobreviverem".

Por isso é que Lora Pappa espera "ver brevemente Portugal a receber e acolher crianças não-acompanhadas oriundas da Grécia", processo que encerra alguns desafios, como "desenvolver conhecimento e ter pessoal especializado para ajudar estas crianças na integração".

Mas, segundo ela, "não se deve temer os desafios", pois "há sempre o risco de cometer erros".

No entanto, a confiança e otimismo enformam as palavras de Pappa: "Independentemente do conhecimento que temos, haverá sempre casos que não sabemos muito bem o que fazer deles. É nestas alturas que devemos pedir ajuda. A chave do sucesso é construir uma relação de confiança com a criança para que ela sinta que, realmente, nos preocupamos com ela. Isto, normalmente, é conseguido quando há consistência na nossa ação e compromisso com a criança. Se ganharmos esta aposta, as possibilidades de vermos uma criança cheia de vontade de viver e integrada no novo país é muito grande. E a experiência das pessoas que as acolhem é única".

Dos milhares de pessoas e menores não-acompanhados que já apoiou, Lora Pappa retém duas histórias, "das muitas de pessoas de todas as idades", em que "a maioria tem em comum serem grandes exemplos de força e vontade de viver".

A ativista grega começa por recordar a história de dois irmãos que chegaram sozinhos à Grécia.

"O mais novo é deficiente e o irmão mais velho carregou-o ao colo ao longo de toda a caminhada desde a Síria, sem queixas, com um enorme sorriso e aliviados por estarem em segurança", conta, lembrando outra situação: "Outra imagem que não me sai da cabeça é a de um rapaz afegão a chorar e a dizer que era "filho de um Deus menor». Pedi-lhe que me explicasse o que queria dizer com aquilo e ele foi claro na resposta. «Não tenho familiares na Europa, não sou sírio para ser recolocado, portanto, eu não existo». Hoje o rapaz está num dos nossos abrigos e o sonho dele é ser intérprete da METAdrasi. Mas esta imagem assalta-me frequentemente, porque sei que centenas de crianças sentem que são filhas de um Deus menor".

E é também para aliviar o sofrimento destas crianças e jovens que a CNIS lança o debate sobre o acolhimento de menores não-acompanhados, no seguimento do anterior empenho na receção e integração de refugiados.

PEDRO VASCO OLIVEIRA/ANA RODRIGUES
FOTOS: D.R.

CNIS

Conferência

Menores Não-Acompanhados - Preparar o Acolhimento

3 de Novembro de 2016
Museu Nacional Soares dos Reis – Palácio dos Carrancas
Porto

PROGRAMA PROVISÓRIO

Sessão de abertura e conferência inaugural
Menores não-acompanhados e a primeira linha de acolhimento

Crise de refugiados – em que medida está a comunidade internacional a falhar
Haverá ainda futuro para a responsabilidade de proteger?
O fracasso da política europeia comum de asilo
Grupos vulneráveis em situação de conflito

Menores não-acompanhados com estatuto de protecção internacional reconhecido
Reagrupamento familiar e outras possíveis soluções duradouras
Como avaliar o superior interesse do menor não-acompanhado na determinação de uma solução duradoura?
As obrigações do Estado português

O acolhimento da perspectiva de quem acolhe – o olhar dos pares

Como acolher e integrar menores de outros contextos
Assegurar o pluralismo e promover a interculturalidade nos mais jovens
Educar para a laicidade vs. promover a prática da religião professada – pode / deve uma instituição de acolhimento ser neutra?
Imperativos de direitos humanos que regem este processo de integração

Apresentação das conclusões

Sessão de encerramento

Porto de honra

CNIS no Fórum Consultivo do Gabinete Europeu de Asilo

Acedendo ao convite que lhe foi endereçado, a CNIS fez-se representar no encontro internacional promovido pelo Gabinete Europeu de Asilo (EASO – European Asylum Support Office), em Lisboa, no passado dia 20 de Setembro, no âmbito do seu Fórum Consultivo. O encontro, que foi organizado com a colaboração portuguesa da PAR - Plataforma de Apoio aos Refugiados, contou com a presença do ministro-Adjunto Eduardo Cabrita e da ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, para além de diversos representantes das agências da União Europeia e das Nações Unidas, dos estados grego e italiano e ainda de representantes da sociedade civil, nacionais e estrangeiros.

O propósito inicial era fazer um ponto da situação sobre o programa de recolocação de refugiados da União Europeia, incluindo as maiores fragilidades sentidas na primeira linha de acolhimento, na Grécia e na Itália, e o envolvimento de Portugal no programa.

Como era expectável, houve – na parte reservada ao debate – diversas intervenções a focarem-se no problema, ainda por resolver, dos menores não-acompanhados.

O segundo propósito era, através da partilha de boas práticas e do confronto dos pontos mais e menos positivos do processo de acolhimento e integração, promover uma reflexão sobre aquilo que constitui a experiência e a perspetiva portuguesas, na articulação entre os atores institucionais e a sociedade civil.

Houve ainda um momento final de «networking», em que os vários intervenientes puderam trocar pontos de vista, ideias, contactos e sinergias.

A reunião plenária do Fórum Consultivo da EASO terá lugar em Atenas, nos próximos dias 28 e 29 de novembro.

SEMINÁRIO «INVESTIMENTO SOCIAL»

O Estado tem que assegurar a sustentabilidade do Setor Solidário

"A sustentabilidade tem que ser absolutamente assegurada pelo Estado, se não deixamos de prestar serviço público, se não não pode acontecer cooperação". Esta foi a principal mensagem que o presidente da CNIS deixou no seminário «Investimento Social», organizado pela UDIPSS Lisboa, no qual se debateram diversas questões relacionadas com o financiamento das IPSS.

Os desafios de elevada complexidade num ambiente social que se iniciou com a crise de 2008 e que ainda prevalece, acrescido de novos riscos sociais suscitaram um maior reconhecimento da importância das IPSS, obrigando-as a adotar novas abordagens de sustentabilidade, transparência e rigor para sobreviverem, foram o mote do seminário «Investimento Social», que a UDIPSS Lisboa organizou no ISCTE-IUL, no passado dia 6 de outubro.

Debater questões como a sustentabilidade, as oportunidades, os negócios sociais, a inovação, as empresas sociais e a diversificação de financiamento era a proposta, que levou até ao auditório do ISCTE cerca de três centenas de pessoas, que não quiseram desperdiçar a oportunidade de conhecer exemplos e caminhos a seguir na obtenção de financiamento.

O presidente da CNIS começou por saudar todos os presentes, congratulando-se com a realização do evento: "É muito bom que nos encontremos e que reflitamos sobre todas estas questões, que não têm uma reflexão linear".

Depois, o padre Lino Maia começou por recordar "uma data fundamental para toda esta reflexão e para o Setor Social, que é a de 19 de dezembro de 1996", dia em que aconteceu a assinatura do Pacto para a Cooperação.

"Foi determinante", prosseguiu o líder da CNIS, destacando que "há um antes e há um depois de 19 de dezembro de 1996" e explicou: "Antes já havia muitas organizações de ação social, mas depois daquela assinatura o Estado reconheceu as iniciativas da sociedade, transferiu para essas iniciativas muitas das suas respostas sociais e comprometeu-se a apoiar essas iniciativas. A apoiar inclusivamente com equipamentos sociais e, claro, com financiamento".

E para que dúvidas não restassem, o padre Lino Maia lembrou que "a partir daquela data a ação social direta é em mais de 90% feita por estas Instituições Particulares de Solidariedade Social".

De seguida, o presidente da CNIS defendeu que o social é o espaço das IPSS – "de pessoas, para pessoas e com as pessoas" –, a solidariedade a qualidade – "por isso nos distinguimos de muitas outras organizações, nomeadamente cooperativas e mutualidades «tout cour» – e a estratégia é a cooperação.

"O nosso espaço é o social, a nossa qualidade é a solidariedade e a nossa estratégia é a cooperação", referiu, aprofundando: "Cooperação com o Estado, porque este tem competências e todos nós somos ciosos na defesa do Estado Social, mas isso não significa que tenha que ser o Estado a fazer o que tem que ser feito. O Estado, pela cooperação, transfere para as instituições a ação social direta e assim acontece cooperação nas áreas da proteção social, educação, saúde e desenvolvimento local".

Em todo este contexto, para o padre Lino Maia "coloca-se a questão da sustentabilidade e do financiamento das IPSS", em que, entre outras fontes, "é inquestionável e fundamental a transferência do Estado para o Setor Social Solidário".

A este propósito, o presidente da CNIS quis expressar de forma cristalina a posição da Confederação, até porque nem sempre é bem percebida.

"Por vezes somos mal entendidos quando dizemos que o Estado não pode mandar tudo para as instituições e depois lavar as mãos, ou seja, está tudo entregue então agora desenrascai-vos. Isto traz um problema muito complicado, porque obriga fatalmente à deturpação deste Setor. Na nossa génese atuamos para os outros, particularmente para os mais carenciados, mas a autossuficiência pode levar a que as instituições se desviem do seu público-alvo", argumentou.

Reclamando a inscrição da cooperação no Orçamento do Estado – "O que nós prestamos é serviço público, pelo que o Estado tem que pôr como uma das primeiras prioridades no Orçamento do Estado o financiamento compensatório deste Setor" –, o presidente da CNIS deixou um aviso à navegação: "A transferência de financiamento do Estado não pode continuar a ser feita como está a ser atualmente, ou seja, igual para todas as partes, independentemente das circunstâncias. É importante que o financiamento seja ajustado às circunstâncias. Portugal é um jardim, mas as flores não são todas iguais".

A fechar a sua intervenção no seminário em que o tema era «Investimento Social», com a abordagem a temas como a sustentabilidade, as oportunidades, os negócios sociais, a inovação, as empresas sociais e a diversificação de financiamento, o líder da CNIS foi perentório: "A sustentabilidade tem que ser absolutamente assegurada pelo Estado, se não deixamos de prestar serviço público, se não não pode acontecer cooperação".

Após a sessão de abertura, Filipe Santos, presidente da comissão diretiva do Portugal Inovação Social, elucidou os presentes quanto às possibilidades do programa que dirige, seguindo-se Alain Coheur, membro do Comité Económico e Social Europeu (CESE) e porta-voz da Categoria de Economia Social e ainda membro da «Social Economy Europe», que abordou «O enquadramento legal europeu; definições e possibilidades das 'empresas sociais' na Europa. A promoção da economia social a nível internacional», e Ariane Rodert, vice-presidente da Secção INT do CESE e também membro da «Social Economy Europe», que se debruçou sobre «Os tipos de investimento social e instrumentos financeiros disponíveis na Europa, as posições do CESE sobre as empresas sociais».

A fechar a manhã, Margarida Couto, da Vieira de Almeida Advogados, versou «O enquadramento legal em Portugal e as possibilidades de negócios sociais das IPSS».

Da parte da tarde, Joana Mendonça, da TESE, falou sobre «Opções estratégicas de Investimento Social – Foco nas empresas sociais», enquanto Filipa Pires de Almeida apresentou a «Plataforma Geofundos».

Seguiu-se uma mesa redonda, onde diversas instituições deram conta dos bons exemplos em termos de negócios sociais, com a participação de: António Martins, da Elo Social; padre Samuel Guedes, da Engenho dos Paladares/Paladares da Paroquiais; Carlota Quintão, da A3S; e ainda Henrique Joaquim, da Comunidade Vida e Paz.

Este último, em linha com as palavras do presidente da CNIS, lembrou que "empreender e inovar é cada vez mais uma necessidade, mas é também um perigo", asseverando: "O risco que estamos a correr é o do Estado ficar de fora e neste Setor Social o Estado não pode ficar de fora".

No derradeiro painel, Miguel Cabra de Luna, membro do CESE e das organizações GECES e ONCE (Espanha), deu a conhecer alguns exemplos de empresas sociais de Espanha e resto da Europa.

No final, José Carlos Batalha, presidente da UDIPSS Lisboa, era um homem satisfeito, acima de tudo, porque "o grande propósito era desassossegar as instituições para estas questões e isso foi conseguido".

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

Fundación Cepsa

PRÉMIOS AO VALOR SOCIAL

DAMOS ÀS IDEIAS SOLIDÁRIAS O VALOR QUE MERECEM.

Se trabalha numa ONG ou colabora com alguma, e quer levar a cabo um **projeto orientado para pessoas em risco de exclusão social**, apresente-o em **Cepsa.pt** de **27 de setembro a 20 de outubro de 2016.**

NA FUNDACIÓN CEPSA FINANCIAMOS O SEU PROJETO SOLIDÁRIO PARA TORNÁ-LO REALIDADE.

ASSOCIAÇÃO QUINTA DAS PONTES, PENELA

Nova casa é mais-valia para a reabilitação dos utentes

Está sedeada na freguesia de Espinhal, concelho de Penela, e por estes dias os sorrisos nos rostos de utentes, colaboradores e dirigentes é uma constante e a razão é simples: a Associação Quinta das Pontes tem casa nova. Inaugurado em Agosto, o novo equipamento da instituição que se dedica à reabilitação psicossocial de pessoas com deficiência intelectual e doença mental alberga, para já, duas valências: o Lar Residencial, para 12 utentes, e a Residência Autónoma, para cinco utentes.

A Associação Quinta das Pontes foi fundada, em 2001, por um casal de alemães, que criou uma comunidade sócio terapêutica. A expensas próprias e com apoio de uma instituição alemã, a Associação funcionou durante alguns anos com apenas quatro utentes, não tendo qualquer protocolo com a Segurança Social. Em 2004 foram assinados quatro acordos de cooperação com a Segurança Social, mas, como recorda Ana Catarina Pereira, presidente da instituição, "a ideologia do casal alemão não ia de encontro ao que é a Segurança Social e gerou-se uma situação complicada".

Em 2007, ano em que a atual presidente entrou para a instituição ainda apenas como técnica, foi elaborado um projeto de alargamento das respostas sociais, no âmbito do PARES II, cuja candidatura foi aprovada, tendo, então, início um período de grandes mudanças.

"No final de 2007 entrei nesta casa como estagiária e o objetivo era desenvolver esse projeto, porque os alemães estavam completamente fora daquilo que é a burocracia e a realidade portuguesa. Nessa altura, comecei também a trabalhar com os utentes numa perspetiva da reabilitação psicossocial, como modelo de intervenção", recorda Ana Catarina Pereira, que acrescenta: "A Associação trabalha com pessoas que tenham deficiência e doença mental grave, ou seja, duplo diagnóstico. Foi nessa transição que comecei a trabalhar com os utentes nessa vertente e com esse modelo de intervenção".

Entretanto, o casal de alemães desligou-se do projeto e exigiu 500 mil euros pelo terreno e pela casa onde a instituição nascera e sempre funcionara. Como o projeto aprovado pelo PARES II se destinava a intervir nas instalações da Quinta das Pontes, perante a verba pedida pelos alemães, a instituição não tinha condições para avançar, pois, com apenas quatro utentes, "não tinha capacidade financeira para tal investimento".

Entretanto, fruto do apoio da Câmara Municipal de Penela, que cedeu por comodato o terreno onde agora se ergue a nova casa da Associação, foi solicitado à Segurança Social a alteração da localização da construção.

"Nessa altura, os alemães disseram que não queriam continuar na instituição, pelo que se elegeu uma nova Direção. No entanto, eles não permitiram que continuássemos na Quinta das Pontes, pelo que passámos provisoriamente para uma casa no centro da vila de Espinhal", conta a presidente, relatando que nem tudo foi negativo com esta mudança: "A experiência neste edifício fez-nos perceber que quanto mais integrados estivermos mais reabilitação conseguimos com os utentes, uma vez que o que trabalhamos é a autonomia deles. Nesse espaço estivemos a funcionar com uma licença provisória, que acabou por ser válida de 2010 até agora que mudámos para as novas instalações. Mesmo assim, conseguimos o alargamento de acordos com a Segurança Social".

E se o passado foi, de certa forma, algo atribulado, o presente e o futuro afiguram-se promissores, face à entrada em funcionamento dos novos Lar Residencial e Residência Autónoma.

"No final do ano vamos iniciar, na cave deste novo edifício, a instalação do novo CAO, para depois também pedirmos o alargamento dos Acordos de Cooperação", afirma, revelando que, apesar de a resposta ser frequentada por 12 utentes, só nove vagas estão contratualizados com a Segurança

Social.

"O CAO ainda se mantém nas instalações no centro da vila, até porque tentamos ter atividades reais de ocupação que depois permita aos utentes aceder a bolsas de emprego. Temos parcerias com a Junta de Freguesia no âmbito da jardinagem e com a Câmara Municipal na área do catering", explica a presidente, lembrando: "Para haver o alargamento de acordos no âmbito do CAO, temos que construir um novo espaço, pelo que já deixámos a cave do novo edifício preparada para poder receber essa valência".

Mas se se pensa que a instituição está acomodada às novas instalações, puro engano. Aproveitando o ímpeto, a Associação Quinta das Pontes preparar-se para recuperar um projeto antigo, desta feita no âmbito dos Cuidados Continuados em Saúde Mental. Assim, está para breve a entrada em funcionamento de duas respostas sociais na área da Saúde Mental: a Casa Trevo, um projeto-piloto que é uma residência de apoio moderado, e um SAD.

"Em 2003, para conseguirmos receber e nos podermos candidatar a receber pessoas dos hospitais, tínhamos que ter uma infraestrutura para tal. Nessa altura, no âmbito da legislação dos Cuidados Continuados, criámos uma unidade de apoio moderado para receber este tipo de pessoas. Porém, a candidatura não foi deferida, mas a instituição ficou sempre com a casa que já tinha adquirido para o efeito", recorda, explicando a nova vida do projeto: "Entretanto, em meados de junho foi-nos feito o convite para nos candidatarmos novamente e recebermos pessoas no âmbito de um projeto-piloto de Cuidados Continuados em Saúde Mental. A nossa candidatura incluía apoio moderado de capacidade máxima, ou seja, uma residência para oito utentes viverem em ambiente o mais familiar possível e em grupo, em que não há um período de tempo limite para a reabilitação, e também um Serviço de Apoio Domiciliário para 30 pessoas".

Apesar de tudo, Ana Catarina Pereira deixa um lamento, face à lentidão de todo o processo: "Para já temos a candidatura aprovada e já tratámos da burocracia para entrarmos na Rede de Cuidados Continuados, mas neste País tudo o que tem que ver com Saúde Mental está um pouco para o parado e nunca mais nos disseram grande coisa. O que posso dizer, que é o que consta da nossa candidatura do SAD, é que queremos dar resposta ao Pinhal Interior Norte, que abrange os concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Penela, onde há uma equipa de apoio comunitária com a qual pretendemos trabalhar em parceria. No entanto, para já, não temos certeza alguma de que será assim".

Nas outras valências, a instituição acolhe utentes oriundos de todo o País, sendo que apenas uma utente é do concelho de Penela.

"Como temos acordo com o Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra, tentamos que os utentes venham do distrito, mas temos utentes de Lisboa, Porto, Serra da Estrela e outros locais. No fundo, temos uma abrangência nacional", refere Ana Catarina Pereira, que considera a distância de casa uma vantagem para a reabilitação dos utentes: "Acreditamos que conseguimos mais sucesso nos planos individuais de reabilitação com pessoas que são de longe. A única dificuldade é a articulação com as famílias e a falta de motivação que a ausência das famílias provoca nos utentes. Por

vezes eles sentem-se como que abandonados pelas famílias, mas tentamos arranjar estratégias, como períodos de férias e fins-de-semana, para que eles se sintam envolvidos com as famílias. No entanto, sempre que são utentes oriundos do concelho e há alguma dificuldade, eles vão-se embora, o que não acontece com aqueles que são de mais longe".

Financeiramente, a instituição já viveu momentos muito complicados. Porém, com o passar dos anos e o crescimento das valências, as coisas estão mais equilibradas e com futuro.

"No início foi difícil, mas tenho que referir a equipa fantástica da Associação, que quer muito avançar e mostra sempre grande apoio às estratégias da Direção", diz a presidente, que revela o plano de fundraising que tem sido determinante para a sustentabilidade da instituição: "O facto de todas as atividades no âmbito do CAO serem em parceria, o que nos rende também alguma verba, é bastante importante. Fazemos muitos eventos. Nesse plano de fundraising temos, por exemplo, em Dezembro um passeio de todo-o-terreno (Os amigos do Natal), que entretanto já tem 500 participantes, e que num dia nos rende sempre cinco mil euros. Depois, desenvolvemos igualmente uma série de atividades anuais nas quais definimos sempre qual o destino a dar ao dinheiro que pretendemos angariar para que as pessoas saibam onde vai ser aplicado".

Através dos eventos que promove, preferencialmente sempre estabelecendo parcerias, a instituição consegue reconhecimento e a divulgação do trabalho que se realiza no seu interior.

"Conseguimos o reconhecimento do nosso trabalho, uma vez que os utentes participam em todas as atividades e isso serve para atenuar o estigma que ainda há relativamente à deficiência e à doença mental. Esta é também uma forma para os melhor envolver na comunidade. Por outro lado, conseguimos a divulgação dos nossos serviços junto da comunidade e, assim, angariar mais donativos e doadores, que recorrentemente nos apoiam. Não é só a questão financeira, que é muito importante, mas também este reconhecimento do nosso trabalho e o envolvimento das pessoas com a nossa causa".

Neste sentido, a certificação de qualidade conseguida em 2010 também tem sido determinante na evolução da instituição.

"Este foi um passo importante para aquilo que é a gestão da instituição ir de encontro aos requisitos da Segurança Social. Depois, com os hospitais, com quem também trabalhamos de uma forma muito estreita, a certificação e o bom trabalho na reabilitação dos utentes fez com que a Segurança Social e os demais serviços do Estado no vissem com outros olhos. Hoje temos uma articulação muito grande com os serviços públicos de saúde, porque há um entendimento de ambas as partes nos benefícios para os doentes destas sinergias", afirma Ana Catarina Pereira.

TERCEIRA IDADE

Maiores de 65 anos são mais de dois milhões

O número de pessoas em Portugal com mais de 65 anos duplicou em relação aos anos 70 e é hoje superior a dois milhões, tendo a população com mais de 80 anos aumentado cinco vezes.

Os números demonstram o envelhecimento da população portuguesa e foram compilados pela Pordata, portal da Fundação Francisco Manuel dos Santos, a propósito do Dia Internacional do Idoso.

Em termos concretos, havia em 1971, em Portugal, 836.058 pessoas com 65 e mais anos. Em 1977 ultrapassaram o milhão e em 2012 os dois milhões. Em 2015 eram 2.122.996.

Quanto às pessoas com 80 ou mais anos, eram 123.592 em 1971, passando a 605.012 em 2015. Os números são sempre cruzados pelo portal estatístico Pordata, usando várias fontes, neste caso o Instituto Nacional de Estatística.

Outro dado que demonstra o envelhecimento do país compara também os anos 70 do século passado com a atualidade: nessa altura por cada pessoa com 65 ou mais anos existiam duas crianças com menos de 10 anos. Hoje é ao contrário, por cada criança com menos de 10 anos existem duas pessoas com 65 ou mais anos.

Se em termos globais os idosos são 20% da população portuguesa no Alentejo e no Centro essa percentagem é superior (24,6 e 23,2, respetivamente), destacando-se os Açores e a Madeira como as regiões mais jovens (13,4 e 15,4, respetivamente).

E olhando ainda mais em pormenor os números indicam que há municípios tão envelhecidos que os idosos ultrapassam os 40%, como os de Idanha-a-Nova, Pampilhosa da Serra, Penamacor e Vinhais. Em Alcoutim chegam mesmo aos 45,2 por cento, em contraponto com Ribeira Grande, nos Açores, onde os idosos são apenas 08% da população.

Outro facto que os números revelam é que mais de duas em cada cinco pessoas com 65 e mais anos, ou seja 42%, residem nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Essas duas regiões equivalem a cerca de 05% do território nacional mas concentram 44% do total de residentes.

E se todos os números indicam que Portugal é um país envelhecido a comparação com o resto da Europa só o confirma. No índice de envelhecimento relativamente a 2014 Portugal era o quinto país mais envelhecido.

Nesse ano Portugal tinha 138,6 idosos (65 ou mais anos) por cada 100 jovens (menos de 15 anos). A Alemanha era o país mais velho, com 159,1 idosos por cada 100 jovens, seguindo-se a Itália, com 155,9, depois a Bulgária, com 143,3, e a Grécia, com 141,8.

A média da União Europeia está nos 119,8 idosos por cada 100 jovens e a Irlanda é, de longe, o país mais jovem, com apenas 58 idosos por cada 100 menores de 15 anos.

PROTOCOLO

Uma espécie de central de compras nos têxteis lar

Já por diversas ocasiões a CNIS tem estabelecido protocolos com empresas para que as associadas possam negociar produtos e artigos de que necessitam em condições mais vantajosas do que as do mercado livre. Este tipo de parcerias tem acontecido com diversos produtos, desde combustíveis a instrumentos financeiros, e um dos mais recentes diz respeito a artigos têxteis lar.

Esta é uma gama de produtos que as instituições muito gastam, desde as batas para as crianças nas creches e pré-escolar aos lençóis e atoalhados para as valências de ERPI, entre outras.

"Formalizámos um protocolo com a CNIS onde nos propomos, de uma forma responsável, responder a uma necessidade que percebíamos no setor dos têxteis", começa por dizer Carlos Jordão, responsável da empresa Piscis, explicando: "Percebemos que os têxteis eram um parente pobre das respostas e das necessidades que as instituições sentem. Ou seja, não havia uma preocupação muito grande com a roupa de cama, de mesa e por aí fora. No fundo são artigos que qualquer pessoa compra com facilidade em qualquer lugar e não há nenhuma norma complexa, ao contrário, por exemplo, do setor alimentar".

O cenário apontava, e ainda aponta de certa forma, para uma situação em que cada instituição comprava a seu bel-prazer, ao melhor preço que conseguia encontrar, sem garantia de qualidade e em que a grande preocupação era encontrar aquilo que suprisse as necessidades.

"A nossa proposta é colmatar essa lacuna e garantir, de norte a sul do País e Ilhas, um produto standard, com preço igual, com as mesmas características em que asseguramos uma qualidade aceitável, ou seja, um produto adequado à sua função, e a um preço igual. Obviamente falamos de um produto standard, porque sempre que for um artigo objeto de uma adaptação e, em particular, no caso do fardamento, carece de uma orçamentação, pois não há duas instituições com fardamento igual", explicou Carlos Jordão, sublinhando: "Mesmo assim temos o cuidado de estabelecer um preço aceitável e que tenha uma relação preço-produto que não seja fora do comum".

Aqui são, essencialmente, os bordados que poderão encarecer os produtos.

"Outra característica que nos preocupamos em cumprir é com a dimensão das instituições, porque há as muito grandes e há as muito pequenas. Assim, assumimos esse compromisso e servimos de igual modo as grandes e as pequenas instituições, ao mesmo preço. Isto é, tanto disponibilizamos 10 túnicas como 500", revela o empresário, destacando: "O objetivo é servir e criar relações de parceria com as instituições".

Para o empresário vimaranense, "a grande preocupação que houve neste protocolo e que a CNIS também teve foi conseguir garantir a todas as instituições um parceiro a quem podem comprar têxteis lar e vestuário de trabalho, ao mesmo preço, sem flutuações ao longo do tempo e sem problemas com a dimensão ou a distância a que está a instituição", até porque o transporte não tem custos.

Depois, a Piscis assegura que "se algum produto não cumprir os requisitos para que foi adquirido, a empresa está presente para o corrigir".

No fundo, "o propósito desta parceria com a CNIS é o de criar um parceiro que funcione como uma espécie de central de compras para o setor têxtil e que é regulada pelos próprios protocolos", sustenta, reforçando: "Uniformizar uma disponibilidade de produtos têxteis lar para todo o Setor Social, com uma responsabilidade assumida perante a CNIS, que nos pode tutelar com alguma legitimidade. Não queremos ser apenas um fornecedor de produtos, mas um prestador de serviços completo e que vai desde a confeção ao pós-venda".

Este é igualmente um aspeto positivo do protocolo, pois o serviço pós-venda é algo que é mais difícil de encontrar quando a compra é feita avulso. Neste caso, a Piscis garante-o, tendo até já renovado todo uma encomenda, devido a um problema com uns lençóis, sem qualquer custo para a instituição em causa.

Para além disto, a empresa tem condições para fazer aconselhamento técnico, indicando não só qual o produto mais adequado à finalidade pretendida pelas IPSS, inclusive no que toca às lavagens, uma vez que nem todos os detergentes são adequados a determinados artigos.

Entretanto, o protocolo estabelecido com a CNIS já foi replicado, exatamente nos mesmos moldes, com algumas UDIPSS, com a FITI e ainda com a União das Mutualidades Portuguesas.

Por outro lado, no final de cada ano a empresa reporta as vendas feitas no âmbito do protocolo à CNIS, revertendo uma parcela para a própria Confederação em produtos à escolha desta.

"Há uma grande cumplicidade e disponibilidade total para prosseguir por caminhos que nos queiram desafiar", refere Carlos Jordão, que revela uma ideia que está a ser desenvolvida no sentido de a reciclagem de produtos, com alguns ganhos para as instituições: "Algo que está pensado para o futuro é fazer a recolha de todos os produtos em fim de vida que as instituições tenham e transformar o peso em valor e restituí-lo à instituição em produto. Há ideias que não estão totalmente trabalhadas, mas temos com algumas ideias para o futuro".

O protocolo diz respeito a produtos standard, como têxteis para cozinha, cama, mesa e banho e alguns artigos técnicos como resguardos. O fardamento é um artigo mais específico.

FESTA DA SOLIDARIEDADE

Pequenos gestos que significam muito

A Chama da Solidariedade chegou à Praça Velha, na baixa de Coimbra, pela mão de Horácio Santiago, presidente da União das IPSS do Distrito de Coimbra (UIPSSDC), que a entregou ao padre Lino Maia, presidente da CNIS, que, por sua vez, a outorgou ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva. Ao membro do Governo coube a missão de acender a pira solidária que durante o resto da tarde e início de noite iluminou a 10ª edição da Festa da Solidariedade.

"Pequenos gestos que significam muito para quem faz da solidariedade um modo de estar na vida", comentou João Dias, diretor-executivo da CNIS, acesa que estava a pira solidária.

Antes, já muitos grupos oriundos de IPSS de variados pontos do País tinham passado pelo palco montado na Praça Velha de Coimbra, onde muita gente se concentrou para assistir às diversas atuações.

No momento mais institucional da Festa, o padre Lino Maia começou por se dirigir ao ministro Vieira da Silva, saudando-o por mais um regresso à Festa da Solidariedade. Esteve presente na primeira edição e em todas as outras que aconteceram enquanto ocupou o gabinete na Praça de Londres, assinalou.

"É uma honra e um conforto a presença do senhor ministro, que muitas vezes tem sublinhado a importância da cooperação, do seu aprofundamento e da sustentabilidade dessa cooperação", afirmou o líder da CNIS, acrescentando: "Nós sentimo-nos muito bem cooperando e reconhecemos ao Estado responsabilidades muito significativas nesta matéria. E, acredite, contará sempre com a nossa colaboração e sobretudo com a nossa lealdade, fundamental na cooperação".

"Estamos na sua terra", disse o padre Lino Maia, dirigindo-se a José Manuel Pureza, salientando: "Mas a sua terra neste momento é todo o Portugal, porque como vice-presidente da Assembleia da República tem responsabilidades e méritos, mas também responsabilidades acrescidas".

Dito isto, o presidente da CNIS acrescentou: "Sei que sabe que a realidade, diria, mais bonita, mais própria e mais específica de Portugal, que o individualiza, pelo menos, no contexto da Europa é de facto esta envolvência das populações e das comunidades na resolução dos seus problemas. Em cada aldeia, em cada terra, face aos problemas que vão encontrando, organizam-se para encontrar respostas. Não estão à espera da iniciativa do Estado Central, organizam-se para resolverem. E se neste momento temos cerca de três mil freguesias ou uniões de freguesias, temos cerca de cinco mil IPSS distribuídas pelo País no apoio a pessoas com deficiência, no apoio à infância e juventude e aos idosos, no desenvolvimento local, na proteção social, na saúde, na educação. Isto é muito bonito e bom".

Por fim, o padre Lino Maia deixou um "desafio" ao «vice» da Assembleia da República: "Era bom que, no Parlamento, esta realidade portuguesa fosse, de facto, reconhecida, porque isto ainda nos afirmaria mais no contexto europeu. E a Europa, que parece ter esquecido a solidariedade, veria no exemplo português um valor assumido e a desenvolver por toda ela".

De olhos no vereador da Câmara Municipal de Coimbra, Jorge Alves, o dirigente máximo da CNIS, que começou por destacar a grande dedicação do autarca e do homem ao mundo da solidariedade, deixou outro desafio, extensível às demais autarquias de Portugal: "Nós, dirigentes das IPSS, e os autarcas temos muito que nos aproxima e é importante que dêmos um passo em frente no sentido de também a cooperação entre autarquias e IPSS, que já acontece e muito bem, tenha um enquadramento estabelecido para se desenvolver ainda mais".

Por fim, uma palavra para «dentro» do Setor Social Solidário: "Uma palavra para os dirigentes, e temos ótimos dirigentes nas instituições, e também para os dirigentes da CNIS. No entanto, a Festa da Solidariedade não foi feita para os dirigentes, mas para os utentes e trabalhadores das IPSS. O que nos move é o serviço a todos, para que cada pessoa possa ser em plenitude, todas as pessoas sejam respeitadas, haja uma maior igualdade na sociedade nacional e os direitos de todos e de cada um sejam respeitados. Vós sois a nossa razão de ser!".

A terminar, o presidente da CNIS anunciou que a próxima edição da Festa da Solidariedade será na Madeira, em 2017, recordando a todos os presentes as ideias e os ideais que enformam o Setor Social Solidário: "A solidariedade é a nossa qualidade, o social é o nosso espaço. Sentimo-nos muito bem no social e sentimo-nos qualificados na solidariedade".

Antes, já o presidente da UIPSSD Coimbra agradecera a todos a "honrosa presença" na Festa, "a confiança que a CNIS depositou na União de Coimbra para organizar o evento" e "a atuação de todos os grupos que abrilhantaram a festa".

Ao ritmo do crepitar da flama na pira solidária, Horácio Santiago relevou "a envolvência, o empenho e o espírito de solidariedade de todos", frisando: "Muito bem evidente ao longo de toda a semana no percurso da Chama da Solidariedade pelo distrito, onde, aliás, as autarquias e as instituições estiveram verdadeiramente de mãos dadas, como também é hábito".

Depois, o líder da UIPSS conimbricense lembrou que "a festa da solidariedade tem de ser pelas pessoas, pelos valores e pelas instituições", formulando um desejo: "Que a festa seja pela afirmação da solidariedade e pelo compromisso e empenho de cada um de nós na construção de um mundo

melhor, mais justo e mais fraterno".

A CNIS NÃO PERDEU A CHAMA

Já o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva, começou por saudar a 10ª edição da Festa da Solidariedade, dizendo, com graça: "Ao fim de 10 anos, esta Festa mostra-nos que a CNIS não perdeu a chama".

De seguida, o governante dirigiu três palavras ao Setor Social Solidário: "Reconhecimento, tranquilidade e ambição".

"Quero deixar uma palavra de reconhecimento às IPSS. Alguns ainda pensam que as IPSS, e até a própria Economia Social, são coisas do passado, mas eu não tenho essa ideia. Mesmo em sociedades mais desenvolvidas, o Setor Social é um dos vetores de desenvolvimento", começou por dizer, passando às outras duas ideias: "Uma segunda palavra de tranquilidade, pois é possível, sem que ninguém abdique das suas responsabilidades, construir cooperação. E uma terceira palavra de ambição, algo que já faz parte do quotidiano da vida das IPSS".

Na despedida, Vieira da Silva não podia ser mais elogioso para as instituições sociais, afirmando: "As IPSS são parte da alma do nosso povo".

Por seu turno, José Manuel Pureza, vice-presidente da Assembleia da República, lembrou que "a solidariedade é a força" e que "a fragilidade social deve ser a prioridade de todos" os agentes políticos, sublinhando: "A força da solidariedade será o reconhecimento dos direitos plenos de cada um e de cada uma, em especial das pessoas mais carenciadas".

De resto, a X Festa da Solidariedade, onde a Chama da Solidariedade chegou cerca das 18h00, proveniente dos Paços do Concelho de Coimbra, proporcionou uma longa tarde de animação e espetáculo a todos os que se quiseram juntar à grande celebração solidária promovida pela CNIS.

Foram muitas as IPSS que estiveram representadas em palco por grupos de crianças, idosos

e colaboradores, oriundas de diversos pontos do País, como Coimbra, Águeda, Figueira da Foz, Odemira, Gondomar e Viseu, entre outros, para além de atuações de grupos de fado de Coimbra, bandas filarmónicas e tunas académicas locais.

Uma imensa celebração da alegria e do espírito solidário a que nem os turistas estrangeiros ficaram indiferentes.

CHAMA ENVOLVEU DISTRITO

Até chegar à Praça Velha, onde decorreu a X Festa da Solidariedade, a Chama percorreu grande parte do distrito de Coimbra, visitando a quase totalidade dos concelhos que o compõem.

A passagem da tocha solidária da UDIPSS Évora, onde a Festa se realizou em 2015, para a UIPSSD Coimbra aconteceu em Condeixa-a-Nova, com Tiago Abalroado a entregar o facho a Horácio Santiago, em plena Assembleia Municipal de Condeixa. Seguiu-se uma viagem serra acima, com passagens por Miranda do Corvo, Góis e Arganil, onde a Chama iluminou a assinatura de uma parceria entre a Santa Casa da Misericórdia local e o Centro Social de Cerdeira e Moura da Serra.

A viagem prosseguiu por Oliveira do Hospital, Tábua e Penacova, onde se realizou um chá dançante com diversas IPSS do concelho.

Soure, Montemor-o-Velho e Cantanhede foram

os locais de passagem da etapa seguinte, tendo sido uma constante na maioria das localidades por onde a flama passou ao longo da semana a associação das autarquias à iniciativa da CNIS.

Na derradeira jornada do périplo pelo distrito de Coimbra, a Chama da Solidariedade visitou Mira e a Figueira da Foz, onde as coincidências de agenda fizeram com que a cerimónia na Câmara Municipal tivesse já aí a presença de um membro do Governo, no caso o secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel.

Obviamente, em muitas destas localidades foram as IPSS locais que acolheram e brindaram a Chama da Solidariedade com a sua simpatia, relevando os valores que a tocha solidária propaga: Solidariedade, Proximidade, Gratuitidade, Subsidiariedade, Caridade, Lealdade e Capilaridade.

Na noite que antecedeu a grande festa na Praça Velha, o archote solidário iluminou um jantar de gala para dirigentes da CNIS, de diversas Uniões Distritais e de inúmeras IPSS do distrito de Coimbra, repasto que teve lugar no palácio de S. Marcos, freguesia de S. Silvestre.

Para o ano há mais e a Chama levará a Festa até ao arquipélago da Madeira, que ainda este verão bem necessitou da solidariedade de todos. E ainda precisa!

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

Mensagem de Sua Excelência o Presidente da República

Festa da Solidariedade CNIS – 30 setembro 2016

A Unesco declarou este ano de 2016 como o Ano Internacional do Entendimento Global. Trata-se de um desafio para que as sociedades reflitam sobre a forma como vivem e compreendam as consequências e os efeitos das ações individuais numa perspetiva mais global. Ao pé da letra, é essa uma das qualidades de ser solidário. O sentimento, mas também a responsabilidade de prestar auxílio a alguém. Alguém que nos é próximo ou o outro, que desconhecemos.

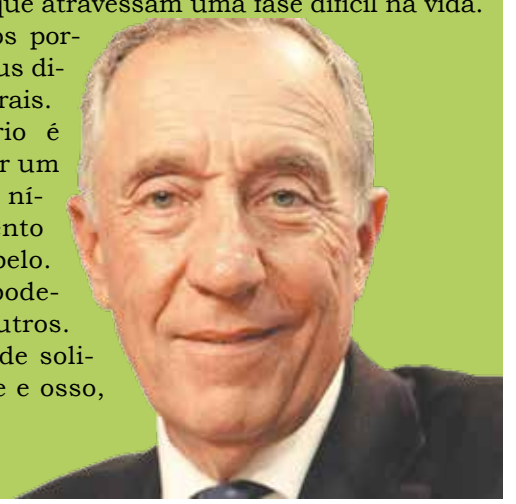
Este ano a celebração da Festa da CNIS chega num momento em que o país e o mundo enfrentam desafios que só poderão ser ultrapassados à luz desta visão de uma sociedade solidária.

Na escala global, a humanidade está confrontada com uma das mais dramáticas crises das últimas décadas. "Mais do que uma crise de refugiados, há uma crise de solidariedade", disse o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon. Há 65 milhões de pessoas deslocadas que precisam de respostas urgentes de nações, de governos, da sociedade civil. Sobre esta crise, Portugal tem assumido uma atitude exemplar. Pelo voluntarismo, pela disponibilidade, pela vontade de acolher. Valores de solidariedade partilhados por muitos portugueses a título individual, mas também por instituições. Muitas delas estão entre as quase 3 mil associadas da CNIS.

São essas instituições e esses valores que são celebrados na festa de partilha e envolvimento, nesta décima edição, entre a população de Coimbra e o movimento solidário de todo o país.

Em Portugal, não foram nem são fáceis os momentos que a sociedade tem atravessado nos últimos anos. E quando os tempos são de dificuldade, em regra são os cidadãos mais vulneráveis ou que estão atingidos por maiores fragilidades que sofrem as mais graves consequências. É neste quadro que ganha relevância o trabalho e a proximidade das vossas instituições. No apoio, sempre com respeito pela dignidade humana, aos mais velhos, mas também aos mais jovens ou aos cidadãos com deficiência. Aos mais pobres ou àqueles que atravessam uma fase difícil na vida. A todos os portugueses excluídos porque não usufruem de todos os seus direitos, económicos, sociais, culturais.

A qualidade de ser solidário é também a qualidade de desenhar um futuro sustentável, a todos estes níveis. Faço por isso, neste momento de celebração e de festa, um apelo. O apelo a um combate que não podemos deixar de travar, a par de outros. Um combate social, que se faz de solidariedade, por pessoas de carne e osso, como nós.



PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

"Fumo branco" na ONU

Até que enfim!

No meio de tantas convulsões sociais, guerras, desumanidades sem conta, eis que surge um sinal de esperança na Organização das Nações Unidas (ONU), através da eleição de um novo Secretário-Geral chamado António Guterres!

Cá por dentro como lá por fora já muito foi dito e escrito sobre esta boa notícia.

Curiosamente, o que, no início, parecia uma miragem- eleger um cidadão de um país pequeno para este lugar cimeiro da política internacional- acabou por se transformar numa reconhecida vitória de um homem e de um país que, por esta via, viram reconhecida a capacidade de um Povo que sempre deu provas de uma vocação para a universalidade e a capacidade de diálogo e convivência com outros povos, ao longo da sua história!

Há já algum tempo que se antevia a urgência em acontecerem na Europa e no Mundo "sinais de esperança", um vento ciclónico que comece a virar o sentido dos acontecimentos da História, tal é a sua desorientação!

No Vaticano foi colocado um grande luzeiro desta CONFIANÇA num Mundo e numa Igreja que, há muito, clamam um TEMPO NOVO. Tem sido esta a missão do Papa Francisco!

Agora, soprou também o "fumo branco" da eleição de António Guterres, um homem de princípios e valores humanistas, que tem dado sobejas provas de "saber e praticar" tanto a designada ética republicana como também a ética de todas as éticas: o HUMANISMO!

Já o conhecemos de cá, quando passou pelo Governo, deixando marcas desse HUMANISMO nas políticas que implantou, centradas na prática do diálogo e na atenção aos mais pobres entre os pobres.

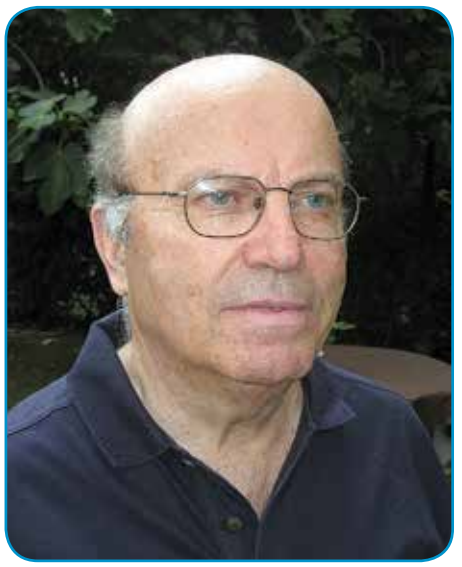
As Instituições Particulares de Solidariedade Social tiveram nele um forte aliado nas suas CAUSAS, a ponto de com ele terem celebrado um valioso e único na Europa PACTO DE COOPERAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE SOCIAL, instrumento de políticas sociais que deu consistência e maior relevância à cooperação entre o Estado e estas Instituições no seu FAZER SOCIAL.

Alguém escreveu que " há situações em que as Instituições fazem as pessoas e outras em que são as pessoas que fazem as Instituições". Há razões para acreditarmos que António Guterres será uma pessoa que vai fazer a Instituição ONU, transformando-a num farol de esperança para uma Humanidade que há muito clama por Paz, justiça e respeito pelo Bem Comum Universal.

Ser profeta é "fazer acontecer".

Para a história das eleições de Secretário Gerais da ONU ficará a "manobra de mau gosto" que os burocratas e mal habituados caciques da União Europeia tentaram ao quererem impor uma candidata sua, tratando as Organizações de Pessoas e Povos como se fossem "euros", a única arma que eles sabem usar para oprimir, impondo as suas prepotências de "gente rica mas com mente pobre"! Para esta "gentinha", a eleição de António Guterres foi uma "bofetada de luva branca" que honra os 193 países que integram a Organização das Nações Unidas!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



A Síria, os Estados Unidos e a Rússia

Pode dizer-se que a Síria está hoje no centro dos problemas que afectam as relações entre os Estados Unidos e a Rússia, que é como quem diz, no centro dos problemas que põem mais gravemente em risco a paz mundial. O aumento da tensão entre Washington e Moscovo chegou mesmo à Organização das Nações Unidas, onde, há poucos dias, os representantes de cada um dos países fizeram acuações mútuas de grande violência verbal. O pretexto para essa disputa foi o recente ataque a um comboio humanitário que provocou dezenas de mortos, além de ter destruído toda a ajuda alimentar que transportava.

Esse comboio dirigia-se, de emergência, para as proximidades de Alepo, a segunda cidade síria, que tem sido fustigada sistematicamente por bombardeamentos ferozes levados acabo pela aviação russa e pelas forças do presidente Assad. Nesta cidade e seus arredores, as populações vivem há muito numa situação de fome e de múltiplas carências que o referido comboio humanitário ia procurar suprir ou, pelo menos, diminuir. Além dos bens que se perderam, o ataque aéreo terá feito dezenas de vítimas civis, entre os voluntários que seguiam nos camiões enviados pelo Crescente Vermelho. Não foi a primeira vez que aconteceu uma tragédia assim, mas esta atingiu uma dimensão que fez despoletar fortes reacções entre os países que estão particularmente envolvidos no processo de cessar fogo para aquele pais. Particularmente significativa pela sua dureza relativamente ao governo de Assad foi a reacção da ONU.

Como sempre acontece em casos semelhantes, a tragédia teve imediato aproveitamento político. Os Estados Unidos, a responsabilizar o regime de Damasco, e os seus protectores de Moscovo, pela destruição dos alimentos tão necessários, e pelas mortes de civis inocentes que estavam ao serviço de uma causa de solidariedade urgente. A Síria e a Rússia, a negar veementemente qualquer responsabilidade nessa ocorrência e a recordar o recente ataque da aviação aliada contra uma coluna militar governamental que terá feito algumas dezenas de mortos. De qualquer modo, e todos o reconhecem, o bombardeamento de um comboio alimentar, nestas circunstâncias, assume contornos muito mais condenáveis, pelo que Damasco e Moscovo tentam, a todo o custo, negar que se tenha tratado de um ataque. Terá sido apenas um acidente natural.

Seja como for, o facto é que as relações entre os Estados Unidos e a Rússia estão a chegar a um grau de degradação alarmante, e todos sabemos como isso é perigoso para a Paz mundial.

HENRIQUE RODRIGUES
Presidente do
Centro Social de Ermesinde

"Deus não dorme"

1 - Social-democrata na economia, liberal quanto ao funcionamento do sistema político, conservador nos costumes: eis a síntese, precisa, que li algures aplicada a António Guterres, enquanto retrato da personagem e avaliação do seu tempo de Governo.

Síntese precisa e virtuosa, em minha opinião.

Após uma década de betão, nas obras e nas mentalidades, era tempo de abrir os espíritos aos problemas das pessoas, principalmente daquelas a quem a vertigem europeia tinha deixado para trás.

A "picareta" tinha essa utilidade suplementar: fender a muralha de cimento, para colocar, do lado de dentro, "as pessoas, primeiro".

Os meus leitores ainda estarão lembrados do grau de crispação que marcou com o selo da intolerância o ambiente político dos últimos anos de governo cavaquista – uma das razões que conduziu à vitória de Guterres, precisados que estávamos de um clima mais desanuviado e de uma vontade de dialogar com os outros que nos vinha desde há muito rareando.

Essa que foi uma das acusações mais persistentemente feita a António Guterres, a de a vontade do diálogo muitas vezes inibir a capacidade de decisão, tenho-a à conta de virtude, não de vício.

(Sou suspeito, já que tenho António Guterres na conta do melhor Primeiro Ministro de Portugal que conheci.)

Exemplos de chefes de Governo que fazem da pura "glória de mandar" a base e o timbre, capazes de decidir a torto e a direito – mais a torto que a direito, valha-nos a verdade… – em regra mais em benefício próprio do que em favor dos cidadãos, infelizmente não nos faltam.

Prefiro-lhes a indecisão de Guterres, fundada na capacidade de se "outrar", como escreveu Fernando Pessoa.

E, quanto aos costumes, como não recordar, nestes tempos em que regressam à tona, agora com outra cobertura política, os temas fracturantes, a sensatez das suas ideias, ainda que sempre intransigentes na promoção e na defesa dos direitos humanos?

2 – Cá no Sector temos saudades…

Guterres foi o primeiro Chefe do Governo a colocar o papel das Instituições Solidárias e dos seus dirigentes voluntários no centro do discurso político de topo.

Antes dele, é justo lembrar o papel desempenhado por Morais Leitão e Bagão Félix, no tempo da AD, de Silva Peneda, durante o cavaquismo, quer na lei, quer no discurso, na defesa da identidade e da autonomia das Instituições, não como um valor em si, mas como uma contribuição estrutural na construção de um modelo de Estado Social robusto e democrático, com o contrapeso da sociedade civil a temperar a proverbial pulsão autoritária dos Governos.

Os direitos humanos respiram melhor, na verdade, quando a sua defesa não repousa apenas na mão imperial, sempre tentada a mandar, mas também na mão que cuida, na mão do próximo.

Mas tratava-se então de membros do Governo – importantes no percurso da solidariedade durante o regime democrático, é certo, mas sempre dependentes das políticas gerais.

(Ainda recordo, durante o mandato de Silva Peneda, a grande concentração em Alfena, para mostrar a Cavaco Silva a dimensão do Sector.)

Guterres foi, no entanto, o primeiro Chefe de Governo a alcandorar o voluntariado solidário à tona das suas reflexões e políticas e a assumi-lo como seu aliado na luta por um País menos desigual e mais justo.

(Já que estamos em balanço histórico, é também justo salientar que, depois de Guterres, foi Passos Coelho quem conferiu idêntico relevo ao Sector Solidário – o que também serve para demonstrar que o nosso envolvimento na construção e defesa do Estado Social atravessa estavelmente os anos e os Governos.

Há é quem o reconheça; e quem não o reconheça…

Mas aí são outros os contos…)

3 – Foi com Guterres que foi assinado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade, convocando toda a área social da Administração Pública, Central e Autárquica, para o diálogo e a concertação com o Sector Solidário, inaugurando uma cooperação alargada cuja matriz ainda hoje perdura.

Foi com Guterres que foi lançada a Rede Nacional da Educação Pré-Escolar, em cooperação com a UIPSS/CNIS, permitindo o alargamento a praticamente todas as crianças da frequência em jardim de infância – actualmente, perto de 95% nos 4 e 5 anos, como nos mostra o estudo do Conselho Nacional da Educação, publicado no último "Notícias à Sexta", sendo praticamente de metade a colaboração da Rede Solidária nesse nível de cobertura.

(Embora tenha sido o Governo seguinte do PS, que, pela mão da Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, mais atacou os alicerces desse modelo …)

Foi com Guterres que a UIPSS/CNIS foi chamada a colaborar na concepção e no desenvolvimento do Programa do Rendimento Mínimo Garantido, numa cooperação que ainda hoje assegura praticamente todo o trabalho de inserção dos beneficiários – como sabem e não dizem os que querem rasurar da fotografia o papel central das IPSS numa verdadeira promoção social dos mais desfavorecidos.

4 - Os tempos mais recentes têm assinalado uma nova convergência entre as Instituições Solidárias e António Guterres: o acolhimento a refugiados, aí onde a intolerância, a perseguição e a guerra violam os direitos humanos mais elementares.

A CNIS, por intermédio de dezenas de Instituições associadas, em articulação com a PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados –, no Programa PAR Famílias, constitui a rede mais densa e numerosa de acolhimento em Portugal de famílias fugidas da guerra; e encontra-se igualmente na primeira linha do programa de acolhimento de menores não acompanhados, hoje acolhidos em campos de refugiados, na Grécia ou na Turquia, no Líbano ou na Jordânia.

As Instituições que se encontram envolvidas nesse processo têm a noção de que ainda persistem muitos constrangimentos e muitos nós a desatar, para aumentar o ritmo de acolhimento das pessoas que fugiram do teatro da guerra, da tortura ou da perseguição política.

Essa será também seguramente uma das primeiras prioridades de António Guterres: facilitar as burocracias, aproximar as pessoas das Instituições, denunciar os atropelos aos direitos humanos, fazer a paz.

Estaremos também com ele nesse percurso.

No meio do caminho tem muitas pedras, como diria o Carlos Drummond de Andrade.

Mas quem melhor do que uma picareta para parti-las?

CENTRO SOCIAL DE COVA E GALA, FIGUEIRA DA FOZ

Urge requalificar as instalações «quarentonas» da Morraceira

Requalificar as antigas instalações é o grande objetivo dos responsáveis pelo Centro Social de Cova e Gala, freguesia de S. Pedro, concelho da Figueira da Foz. A instituição nasceu nos anos 60 do século passado e é um "projeto de desenvolvimento comunitário integrado e integral de iniciativa da Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal", disse, por e-mail desde a Alemanha, a presidente da instituição, a pastora Sandra Reis, que ressalvava: "Mas é um projeto autónomo".

Em setembro de 1975 a instituição criou a Creche e Jardim-de-infância da Morraceira em instalações da Segurança Social que estavam ao abandono. Porém, desde então os edifícios não sofreram obras profundas de requalificação e, volvidos 41 anos, o equipamento necessita de uma intervenção, até para ser possível melhorar ainda mais a resposta.

No entanto, a realidade tem amarrado o sonho e a requalificação das instalações tem estado presa pela débil situação financeira da instituição.

"É um milagre que esta instituição se mantenha viva. Vivemos uma situação precária, difícil e cada dia é um desafio. Durante a última crise financeira foi complicado, muito complicado... Creio que já encontrámos o ponto de viragem, mas ainda assim é preciso manter os pés assentes no chão, trabalhar com afinco e manter claros os objetivos de ação", escreveu a pastora Sandra Reis, no que é corroborada pela diretora-técnica Ana Isabel Ferreira: "A situação mais complicada aconteceu há três, quatro anos, mas entretanto elaborámos algumas estratégias de gestão e de divulgação do nosso trabalho e, assim, conseguimos chegar a mais utentes. Felizmente, agora as coisas estão mais equilibradas em termos de utentes e temos também grupos de utentes mais heterogéneos, o que ajuda a equilibrar a receita das mensalidades".

A propósito das comparticipações dos utentes, Ana Isabel Ferreira recorda momentos complicados ainda há bem pouco tempo: "Devido ao elevado desemprego, atravessámos um período, ao nível da creche e do pré-escolar, muito difícil, com uma baixa muito grande no número de utentes. Isso por si só foi muito condicionador da situação financeira".

E para fazer face às dificuldades, "a instituição candidata-se a tudo quanto aparece", diz Graciana Firme, acrescentando: "Temos o apoio do Fundo de Reestruturação do Setor Social (FRSS), até ao próximo ano, o que nos dá alguma margem de manobra. Esta foi uma das ajudas importantes que tivemos, porque, tal como muitas instituições, atravessámos um período muito complicado".

No entanto, e apesar das muitas dificuldades, os responsáveis pela instituição mantêm-se apostados em prosseguir o trabalho que desenvolvem junto das comunidades carenciadas que apoiam, emprestando mais qualidade ainda aos serviços que já prestam.

"Mesmo assim, concorremos até a nível internacional para apoio à requalificação das instalações. Neste momento temos um parecer favorável da Segurança Social para fazermos obras, uma vez que a Creche da Morraceira funciona em instalações da Segurança Social, com quem temos um contrato de comodato", explica Graciana Firme, responsável pela área financeira do Centro Social, ao que Ana Isabel Ferreira acrescenta: "Já tivemos feedback positivo de algumas candidaturas que fizemos, pelo que as obras da creche poderão avançar dentro em breve".

Boas notícias para a instituição, para os utentes e para as famílias. E por falar em

famílias, refira-se que é em trabalho social no seio da comunidade que a instituição desenvolve grande parte da sua ação. Aliás, para a pastora Sandra Reis, "o grande desafio da instituição é continuar a servir a comunidade, com qualidade, dignidade e respeito pelos indivíduos e pelas famílias" e continuar a ser "elo de ligação, ponte e orientação", por isso na instituição

se dá “tanta importância ao trabalho de cooperação e ao trabalho em rede”.

“Continuar a ser um espaço de referência e confiança na Figueira da Foz” é o grande propósito da instituição, daí que “a renovação das infraestruturas (casas de banho, refeitório, espaço verde de recreio, eficiência energética e equipamento) da Creche e Jardim da Morraceira” seja o grande projeto do momento, com o intuito de “criar e oferecer à comunidade um espaço mais saudável e mais seguro”. No fundo, o que a instituição tenta fazer com todo o trabalho junto da comunidade.

Neste sentido, para além das respostas típicas de creche (56 bebés), pré-escolar (53 crianças) e SAD (35 idosos), o Centro Social de Cova e Gala, que em tempos teve um ATL, mas que fechou em 2010, presta apoio à comunidade através de um Gabinete de Serviço Social, em que acompanha 130 famílias, abriu uma Cantina Social, que apoia a quase totalidade daquelas 130 famílias, criou o Space, onde os mais pequenos têm apoio ao estudo e apoio psicológico, e reabriu a Butik, uma loja social onde há roupa, calçado, artigos para bebé, entre muitos outros produtos.

Para além disto, a instituição integra o CLDS 3G e ainda a RIAVVDFF (Rede de Interinstitucional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica da Figueira da Foz).

“Somos parceiros do CLDS 3G, que tem a duração de três anos, onde fazemos trabalho comunitário junto da população mais empobrecida a nível do concelho e ainda visitas domiciliárias aos idosos isolados, a que chamamos Momentos para Dar e Receber”, explica Ana Isabel Ferreira, acrescentando: “A Rede de Interinstitucional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica da Figueira da Foz já funciona há 11 anos, integra entidades públicas e IPSS do concelho, e neste momento o Centro Social é a entidade coordenadora. As IPSS fazem o atendimento e o acompanhamento enquanto as entidades públicas dão o restante apoio”.

“Em Novembro de 1999 foi criado o Gabinete de Serviço Social, que desenvolve um trabalho articulado entre as várias valências do Centro Social da Cova e Gala e outras instituições de modo a incrementar ações com base nos recursos disponíveis”, reporta a pastora Sandra Reis, acrescentando: “Aqui realiza-se trabalho de atendimento no gabinete, ajuda alimentar, ajuda em roupas e brinquedos, entre outros serviços. Estes serviços são prestados aos utentes das valências, seus familiares e população em geral, informando-os e encaminhando-os para os recursos existentes não só na comunidade, como também no concelho”.

Para a responsável máxima da instituição, “o Serviço Social procura assumir o papel de elo de ligação entre os profissionais de todas as valências da instituição, numa perspetiva de participação, articulação e intervenção comunitária”, prestando “apoio psicossocial a todas as pessoas que se dirigem a este serviço, informando-as, entre outras coisas, dos seus direitos e deveres”.

Para além disto, são feitas visitas domiciliárias que complementam o diagnóstico social.

A par de todo o apoio que a instituição presta “em todas as valências está implícita a animação sociocultural”, sublinha a pastora Sandra Reis, explicando: “Através deste setor procuramos

promover ações que contribuam para a sensibilização, conscientização e politização das pessoas e grupos com quem trabalhamos ou colaboramos. Com este objetivo promovemos várias conferências nacionais e internacionais, colóquios e encontros. Também levamos a efeito várias ações de formação, de reciclagem e de estágio, tanto na nossa instituição como no estrangeiro. Organizamos, de igual modo, visitas de estudo para grupos específicos a instituições nacionais e estrangeiras, sempre que possa contribuir para o processo de desenvolvimento e correspondam a problemas específicos”.

Aliás, era no âmbito de um campo internacional, nos quais a instituição já participou em 116, movimentando mais de três mil jovens, que a presidente da instituição se encontrava na Alemanha na altura da visita do SOLIDARIEDADE ao Centro Social de Cova e Gala.

A isto tudo, a instituição junta a honra de ser uma das entidades criadoras da Rede Animação Para Idosos da Zona Sul Figueira da Foz, que existe desde 2000, e da qual fazem parte as IPSS da zona sul do município com respostas sociais destinadas aos idosos.

“É através da Rede de Animação que se organiza e se implementa anualmente um plano de atividades de animação destinado aos nossos utentes de forma a prevenir o isolamento e a promover o envelhecimento ativo”, referiu a pastora.

Nos primeiros anos de vida, a instituição desenvolveu um projeto de agricultura, levando a efeito um programa de apoio e fomento da formação profissional dos pequenos e médios agricultores, contribuindo para a melhoria da sua situação económica, social e cultural. “Depois de três anos de experiência numa pequena estufa de 18 metros quadrados, com resultados animadores, conseguiu-se que o Estado Português nos cedesse o terreno de uma antiga carreira de tiro, que estava abandonada. Situada na Gala, junto ao Oceano Atlântico, com 15.000 metros quadrados, de solo arenoso, pudemos começar o nosso projeto agrícola, com estufas, dedicado a horticultura e floricultura”, conta a presidente, que lembra ser hoje “uma valência sem representatividade na instituição”.

Nessas instalações funcionam agora os serviços administrativos e a cozinha da instituição.

Fundado nos anos de 1960 pelo pastor João Neto, o Centro Social de Cova e Gala assumiu desde o início a responsabilidade pela comunidade local.

“O trabalho social faz parte da missão Presbiteriana, daí que trabalhar para melhorar as condições de vida a nível económico, social, cultural e outras dimensões foi e é um imperativo de ação”, refere a pastora Sandra Reis, também ela nomeada pela Igreja Presbiteriana de Portugal.

E como seria Cova e Gala sem o Centro Social? A pastora Sandra Reis responde: “É algo que não consigo imaginar, mas com certeza não seria a Cova Gala que hoje conhecemos”.

www.trivalor.pt

TRIVALOR
SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS

O Grupo Trivalor, composto por 20 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA. LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS

Diferentes empresas da Trivalor SGPS, detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG
Alvará 41 A - 14.12.1999 . 41 C - 14.12.1999 . 41 D - 23.09.2003

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 06 08
FAX.: 21 042 00 98 / 21 424 94 66
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS

TRIVALOR

POBREZA EXTREMA

385 milhões de crianças em risco elevado

Cerca de 385 milhões de crianças, entre os zero e os 17 anos de idade, viviam em 2013 em situação de pobreza extrema, de acordo com um estudo conjunto da Unicef e do Grupo do Banco Mundial.

Os dados fazem parte do relatório "Terminar com a Pobreza Extrema: Um Foco nas Crianças", relativo a 2013, que revela que as crianças têm duas vezes mais probabilidades de viver na pobreza extrema do que os adultos.

De acordo com o estudo, "19,5% das crianças nos países em desenvolvimento faziam parte de agregados familiares que sobreviviam com 1,90 dólares [1,70 euros] por dia ou menos por pessoa, comparativamente com 9,2% dos adultos".

Mesmo quando o estudo avaliou os agregados familiares que subsistem com 3,10 dólares [2,76 euros] por dia, por pessoa, as crianças continuam a ser as mais afetadas, havendo 45% de menores que vivem nestas condições, contra 27% de adultos.

Segundo a Unicef, este é um estudo que surge na sequência do relatório de referência do Grupo do Banco Mundial, "Pobreza e Prosperidade Partilhada 2016: Assumindo a Desigualdade", que concluiu que, em 2013, cerca de 800 milhões de pessoas no mundo viviam com menos de 1,90 dólares por dia, metade das quais tinham menos de 18 anos.

"As crianças são afetadas de forma desproporcionada, dado que representam cerca de um terço da população estudada, mas metade dos que vivem na pobreza extrema. O risco é maior para as crianças mais pequenas – mais de um quinto dos menores de cinco anos nos países em desenvolvimento vivem em famílias extremamente pobres", lê-se no comunicado da Unicef.

Segundo o estudo, entre as 767 milhões de pessoas a viverem numa situação de pobreza extrema, 385 milhões são crianças com idade entre os zero e os 17 anos, enquanto os outros 382 milhões se dividem pelos adultos, a partir dos 18 anos.

Aliás, é na faixa etária entre os 18 e os 59 anos que se concentra o maior número de pessoas em pobreza extrema, havendo 337 milhões, enquanto com 60 anos de idade ou mais são 44 milhões de pessoas.

Já dentro dos 385 milhões de crianças em pobreza extrema, 122 milhões têm entre zero e quatro anos de idade, 118 milhões têm entre cinco e nove anos, 99 milhões entre os 10 e os 14 anos e 46 milhões estão na faixa etária entre os 15 e os 17 anos de idade.

O relatório resultou da análise de dados de 89 Estados, que representam 84% da população dos países em desenvolvimento, sendo que as crianças que vivem em pobreza extrema estão sobretudo concentradas na África subsariana.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
100% CLIENTES SATISFEITOS
DEMONSTRAÇÕES Sem compromisso GRÁTIS
software ipss
economia social
40 aplicações
• CONTABILIDADE ESNL
• UTENTES IPSS
• UTENTES CT [AT]
• IMOBILIZADO ESNL
• PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA [ACSS]
• ORDENADOS
• UNIDADES DE SAÚDE
• PROCESSOS CLÍNICOS
• STOCKS
• SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA [Utentes, Bancos, Associados, Rendas, Caixas e Pagamentos a Fornecedores]
• QUALIDADE - Processos Chave Terceira Idade, Infância e Juventude
• VIATURAS
• ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
• PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES
... entre outras
SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 20 ANOS
deixe a informática connosco, as pessoas precisam de si
junto das
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA
ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS
ASSISTÊNCIA REMOTA Novo conceito via internet
ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA Gratuita
INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO Nas vossas instalações
www.tsr.pt - tsr@tsr.pt
tlm. [+351] 939 729 729
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328
Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11 - Apartado 1071 EC
Lameiras - 4836-908 Guimarães

UM PARCEIRO PARA A VIDA

Sirftex

Sirftex - Comércio e Indústria Têxtil Lda

GARANTIA

- Artigos fabricados c/ as matérias primas mais adequadas,
- Um serviço pós venda à medida das necessidades.

PARCEIROS

O parceiro ideal no fabrico e fornecimento de têxteis lar, fardamento e vestuário de trabalho.

TESOURARIA

- Preços iguais para todos os associados, 5% desconto s/ preço de tabela no âmbito dos protocolos institucionais celebrados
- Entregas sem custos adicionais.

PORTUGAL CONT. E ILHAS

Colaboramos já c/mais de 500 instituições.
Temos uma equipa comercial ao dispor em todas as regiões do país.

Catálogos ao seu dispor:

- Têxteis p/senior - artigos de cozinha, quarto, banho, artigos funcionais e vestuário de trabalho
- Têxteis p/ Creche, infantário e colégio- artigos p/ catre, fardas, bibes, babetes
- Ortóteses e ajudas técnicas
- Palamenta

PROTOCOLOS INSTITUCIONAIS

CNIS Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

mutualidades portuguesas

FITI Federação das Instituições de Terceira Idade

PARCERIA INSTITUCIONAL

UDIPSS SETÚBAL

PARCEIROS COMERCIAIS

Clow Water

MC500

PRIM Ortopedia

www.sirftex.pt

Av. Rio de Janeiro - Edifício Santa Maria, Bloco C, nº 225 loja 5
Apartado 115- 4810 - 909 Guimarães
sirftex@sirftex.pt | Tel. +351 253 408 263

SOBRE A DESIGUALDADE

José Figueiredo
Economista

Economia Colaborativa, Utopia ou Nova Servidão?

A digitalização das economias modernas permitiu o aparecimento de uma "nova economia" que, através de plataformas eletrónicas, acessíveis nomeadamente por smartphones, aproxima consumidores de bens e serviços a um conjunto inorgânico de fornecedores.

Esta "nova economia" aparece no jargão anglo-saxónico designada por vezes como "gig economy", também "shared economy" ou "collaborative economy". Vou utilizar a tradução de economia colaborativa. Talvez esta designação ilustre melhor a tensão, que julgo existir, entre o que poderia ser uma forma de utopia (juntar pessoas acrescentando valor a produtores e consumidores) e uma possível distopia - uma nova e monstruosa forma de servidão.

De todas as plataformas desta "nova economia" a UBER (área dos táxis) é a mais conhecida.

A ideia na base da UBER é interessante. Imaginemos que me dirijo do ponto A para o ponto B no meu automóvel (por exemplo para trabalhar). Imaginemos que alguém tem de fazer um percurso similar e que também vai usar o seu automóvel pessoal. Do ponto de vista das economias, individual e coletiva, é um desperdício a viagem dos dois automóveis. Se uma plataforma eletrónica souber que vou fazer o percurso de A para B e colocar essa informação à disposição de potenciais utilizadores posso dar uma boleia a alguém a troco de um preço razoável.

A AIRBNB, outra plataforma eletrónica muito popular, usa o mesmo conceito mas para a disponibilização de alojamento particular.

Nada disto é novo. Os métodos colaborativos sempre existiram em modelos mais ou menos informais. Se um grupo de trabalhadores se dirige para um mesmo local (uma fábrica, por exemplo) é comum as pessoas deslocarem-se até um determinado ponto e a partir daí juntarem-se num único automóvel ou num conjunto restrito de automóveis.

Aliás, estas associações tendem a ser espontâneas. Francis Fukuyama conta num dos seus livros uma história curiosa passada em Washington durante uma greve dos transportes. A vida ficou difícil para muitos cidadãos que tinham de se deslocar para o trabalho. Passado pouco tempo uma organização informal de boleias, conhecida curiosamente pelos "lesmas", tinha surgido espontaneamente. As pessoas encontravam em sítios mais ou menos pré-combinados e davam-se mutuamente boleias dependendo de quem naquele dia tinha trazido o automóvel pessoal. Se nos lembrarmos que, por essa altura - desconheço se ainda é assim - Washington tinha a mais alta taxa de criminalidade dos Estados Unidos o caso fica ainda mais curioso.

O único ponto que mudou com a economia digital foi a possibilidade de alargar quase até ao infinito as possibilidades de cooperação. Uma coisa é uma comunidade de trabalhadores de uma determinada fábrica, de pessoas que vivem relativamente próximas, que se conhecem e que têm uma rotina diária de deslocação, outra é uma comunidade de dezenas de milhões de pessoas que estão contactáveis por smartphones e que são potenciais aderentes a redes colaborativas.

Até aqui é tudo utopia – a sociedade realiza os seus fins usando menos recursos e gerando rendimento para uma nebulosa inorgânica de fornecedores. Aparentemente todos ganham. Os consumidores obtêm os serviços a melhores preços, quem precisa de um dinheiro extra faz uns trocos e a comunidade consome menos recursos.

Infelizmente a utopia acaba aqui e a economia colaborativa de cooperação tem muito pouco ou nada.

Vejamos o caso da UBER. Em vez de uma economia colaborativa o que surgiu foi apenas uma alternativa capitalista ao negócio dos táxis. A maioria dos fornecedores de serviços da UBER são empresas capitalistas que detêm os automóveis e empregam, com salários muito baixos, os respetivos condutores. Mesmo os que colaboram com a UBER a título individual fazem-no geralmente a tempo inteiro, ou seja, como profissão e não como forma de complementar o orçamento familiar com uns cobres ganhos sobre o carro da família. No fundo são taxistas, apenas exercem a profissão de uma forma desregulada.

No caso da AIRBNB em vez de uma constelação de colaborantes o que vemos surgir é uma alternativa ao modelo tradicional da hotelaria. Empresas capitalistas estão a alugar apartamentos para depois realugar os quartos através de plataformas eletrónicas. No fundo o que, de facto, surgiu é tão só uma "nova hotelaria" apenas mais informal.

O facto de a economia colaborativa ter de colaborativa apenas o nome coloca duas questões interessantes: a) – tratando-se, em teoria, de projetos de cooperação porque foram empresas capitalistas e não cooperativas a lançar as iniciativas? b)- que efeitos vai ter a economia colaborativa no mundo do trabalho, como vai a nova economia impactar com as relações de trabalho?

Pensando no caso da UBER, porque foi o autor da aplicação informática (aparentemente o mais fácil de fazer) a tomar o controlo do processo e não os potenciais fornecedores do serviço?

Provavelmente porque os fornecedores são um conjunto inorgânico e à maioria deles falta conhecimento e sentido empresarial sequer para colocar o problema.

É muito mais fácil juntar uns poucos engenheiros informáticos para escrever uma aplicação informática do que juntar centenas ou milhares de interessados em fornecer serviços, constituir uma qualquer estrutura orgânica para conduzir o projeto, estar de acordo em relação a tudo isso, etc.

Finalmente há a questão do capital. A UBER nasceu com um financiamento inicial de 200 milhões de dólares. É muito dinheiro para um projeto que pode resultar ou não. Obviamente que para levantar o capital ajudou muito o facto de o promotor do projeto ser alguém (Garret Camp) que já tinha realizado com sucesso iniciativas empresariais arrojadas. Calculo que um grupo de taxistas ou putativos fornecedores de serviços de mobilidade, por mais boa vontade que tivessem e por melhor que fosse a sua ideia, teriam muita dificuldade em levantar uma soma que fosse maior que uma ínfima fração dos 200 milhões de dólares.

O impacto da economia colaborativa nas relações de trabalho é um tema controverso.

Por um lado podemos ter a visão utópica de uma rede inorgânica de cidadãos livres fornecendo serviços num mercado livre e realizando ganhos justos. Contudo, temo que a realidade seja bem mais sombria que o sonho utópico.

Desde logo a maioria dos fornecedores de serviços não são prestadores individuais – no fundo são empresas capitalistas que fornecem os meios e contratam o trabalho necessário para realizar os serviços. Como se trata de áreas não reguladas podemos imaginar que os salários tenderão a ser baixos e não exista qualquer proteção dos trabalhadores – provavelmente em vez de uma rede de cidadãos com iniciativa e justamente remunerados teremos uma nova forma de servidão apelando aos mais frágeis da sociedade (imigrantes, desempregados, etc.).

Mesmo os que exercem a atividade a título individual podem não ser propriamente o ex-libris da livre iniciativa e do espírito empresarial – para muitos trabalhar para a UBER é simplesmente o ganha-pão possível, "empresários" a contra gosto à falta de alternativa melhor.

Recentemente alguém escrevia no Financial Times que se a UBER pode valer mais de 60 biliões de dólares (é a valorização implícita nas últimas operações de capital realizadas sobre a companhia), só pode haver um fundamento para um tão generosa avaliação: o mercado acredita que se trata de uma máquina que pode explorar milhões de servos à escala global.

No entanto, por pior que este cenário do regresso a um quase feudalismo possa parecer, existe um futuro possível ainda mais negro.

A UBER pretende disponibilizar em breve na sua rede os primeiros automóveis que dispensam o condutor, que se guiam por si próprios – se calhar, para justificar os biliões da capitalização, nem sequer precisam de servos.

A economia colaborativa é ainda muito pequena. Um estudo recente da Comissão Europeia calcula que cerca de 100.000 trabalhadores da União Europeia estarão atualmente envolvidos em atividades da economia colaborativa. A estar correta a estimativa estaríamos a falar de cerca de 0,05% do total da força de trabalho, ou seja, quase nada.

Por outro lado a economia colaborativa é muito heterogénea. Tanto podemos encontrar serviços de qualificação baixa (UBER, aplicações de serviços domésticos) como de qualificação alta (designers, serviços de diagnóstico médico). Outra distinção fundamental reside na localidade ou não localidade dos serviços. Certas aplicações para designers estão disponíveis teoricamente para fornecedores no mundo inteiro, contudo serviços como os da UBER ou certos serviços domésticos só podem ser prestados localmente.

É ainda muito cedo para saber se a economia colaborativa vai criar uma nova classe de trabalhadores livres ou uma nova sociedade feudal de senhores e servos.

Do que vi até agora temo bem que se materialize a distopia em vez da utopia.

O futuro dirá.

Sogenave®
Food Solutions

40 anos a servir
as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.
Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.
A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

TEMOS A SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS
NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224
www.sogenave.pt

apcer ISO 9001 · apcer ISO 14001 · apcer ISO 22000 · IQNet

SOGENAVE - Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Indústria Hoteleira, S.A.
Lisboa • Rua da Garagem, 10 • 2794-022 Carnaxide • Porto • Rua das Cardosas, n.º 1495 • S. Pedro Fins • 4425-510 Maia

PEDRO VASCO OLIVEIRA

A chama da solidariedade tem futuro

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia| **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** Pedro Vasco Oliveira **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

BANCO MUNDIAL

800 milhões de pessoas vivem em pobreza extrema

Cerca de 1,1 mil milhões de pessoas escaparam à pobreza extrema desde 1990 e as desigualdades diminuíram, mas 800 milhões ainda vivem com menos de 1,90 dólares diários, alerta o Banco Mundial.

"É notável que os países tenham continuado a reduzir a pobreza e a impulsionar a prosperidade partilhada numa altura em que a economia global tem um fraco desempenho, mas ainda há muitas pessoas a viver com demasiado pouco", disse o presidente do grupo Banco Mundial (BM), Jim Yong Kim, referindo-se a um novo estudo publicado pela organização.

Citado num comunicado do BM, o presidente sublinha que, "a menos que se retome um crescimento global mais rápido e que se reduza a desigualdade, poderá falhar o objetivo do Banco Mundial de eliminar a pobreza extrema até 2030".

"A mensagem é clara: para acabar com a pobreza, temos de fazer o crescimento funcionar para os mais pobres e uma das maneiras mais seguras de fazer isso é reduzir a desigualdade, especialmente nos países onde vivem muitos pobres".

Segundo o estudo agora divulgado, o primeiro de uma nova série que irá registar anualmente os dados mais atuais e mais rigorosos sobre a pobreza global e a prosperidade partilhada, tanto a proporção de pessoas em pobreza extrema como o seu número absoluto diminuiu consistentemente desde 1990.

O mundo tinha quase menos 1,1 mil milhões de pobres em 2013 do que em 1990, um período que viu crescer a população global em quase 1,9 mil milhões de pessoas.

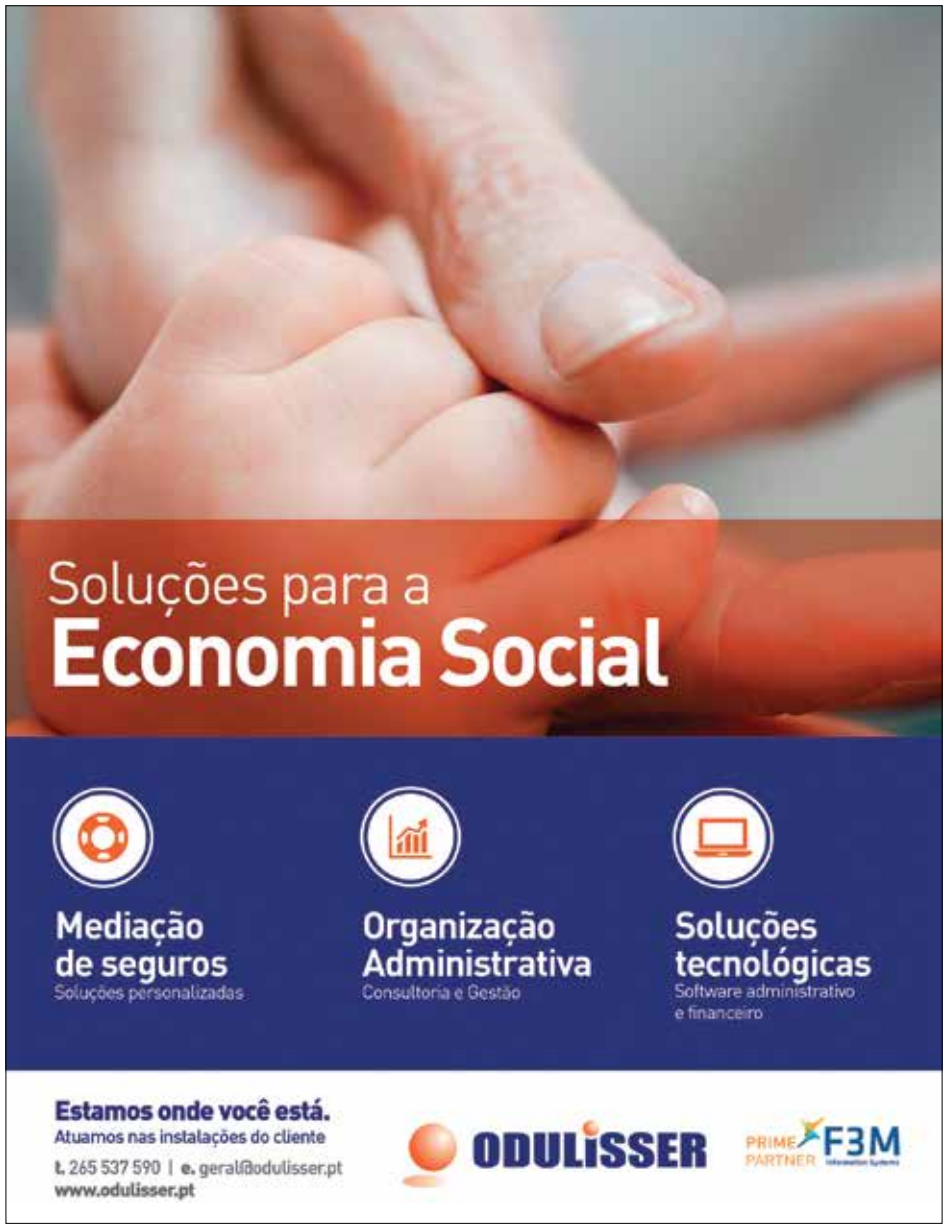
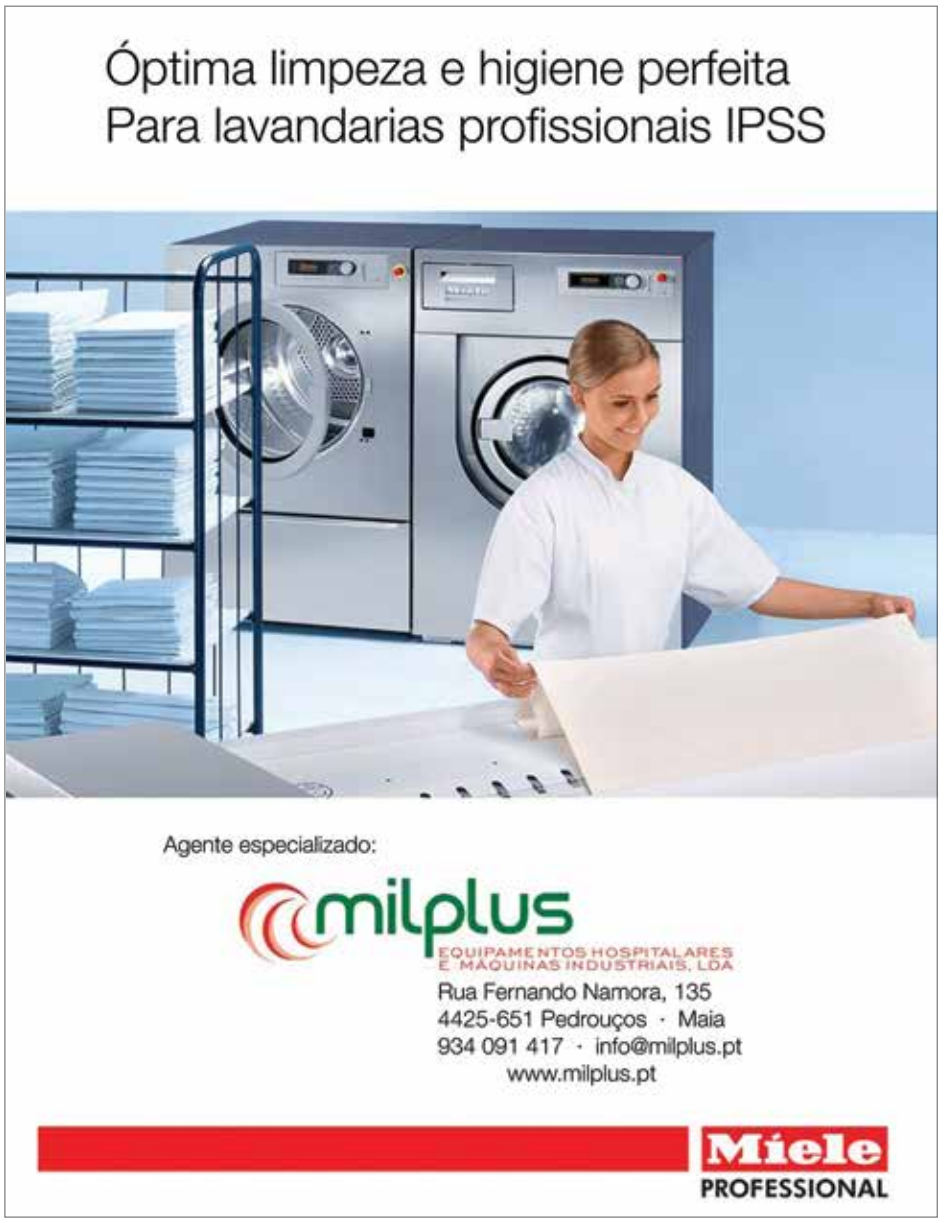
Apesar de um crescimento demográfico mais rápido nas áreas mais pobres, a tendência de redução da pobreza culminou com 114 milhões de pessoas a saírem da pobreza extrema só em 2013. Nesse ano, quase 800 milhões de pessoas viviam com menos de 1,90 dólares por dia.

O progresso foi motivado sobretudo pela região da Ásia Oriental e Pacífico, especialmente pela China e pela Indonésia, assim como pela Índia.

Metade das pessoas em pobreza extrema está hoje na África Subsaariana e um terço no Sul da Ásia.

Em 60 dos 83 países estudados neste relatório - representando 67% da população mundial - os salários médios das pessoas nos dois quintos mais pobres aumentaram entre 2008 e 2013, apesar da crise financeira.

Ao contrário do que se crê, escrevem ainda os autores do estudo, a desigualdade entre todos os povos do mundo diminuiu consistentemente desde 1990. Mesmo dentro dos países, a desigualdade tem vindo a diminuir desde 2008: por cada país que registou um aumento da desigualdade neste período, outros dois registaram diminuições similares.

No entanto, alerta o BM, a desigualdade ainda é demasiado elevada e em 34 dos 83 países avaliados as diferenças nos rendimentos aumentaram, havendo mesmo alguns (23 países) em que os mais pobres viram os seus rendimentos diminuírem em termos absolutos.

Numa avaliação de países que registaram reduções significativas das desigualdades nos últimos anos - incluindo o Brasil, o Camboja, o Mali, o Peru e a Tanzânia,- os autores do estudo apontam seis estratégias de alto impacto para promover a equidade: desenvolvimento e nutrição na primeira infância, cobertura universal de saúde, acesso universal a educação de qualidade, transferências de dinheiro para as famílias mais pobres, melhores infraestruturas rurais, impostos progressivos.